



**Boletim 246 WRM**  
Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais  
**Outubro / Novembro 2019**

## **Uma transição energética "verde" intensiva em minerais: desmatamento e injustiça no Sul global**



Brumadinho, Minas Gerais, Brasil. Foto: Ibama

Nossa Opinião: Uma transição verde ou uma expansão da extração?.....	2
“Mineração inteligente para a floresta”: a estratégia do Banco Mundial para fazer lavagem verde na destruição da mineração nas florestas.....	5
Mulheres, florestas e indústrias extrativas: o caso das indígenas Mikea, em <b>Madagascar</b> ....	8
<b>Brasil</b> : Barragem de resíduos da mineradora de alumina Hydro Alunorte. Um desastre anunciado?.....	12
<b>Índia</b> : dinheiro da mineração, desmatamento e conservação.....	16
Contestando um Pacífico “Azul”: oceanos e territórios costeiros sob cerco.....	21
Petróleo, florestas e mudanças climáticas.....	26
A União Europeia continua correndo atrás das matérias-primas.....	29

### **RECOMENDADOS**

Cuidanderas: Guardiãs da <b>Amazônia</b> .....	32
“Sexy killers”: extração de carvão na <b>Indonésia</b> .....	32
Engasgados pelo carvão: a catástrofe do carbono em <b>Bangladesh</b> .....	33
A serpente negra da <b>Amazônia</b> peruana: o oleoduto do norte do Peru.....	33
Quatro anos após: condenação internacional do <b>Brasil</b> por rompimento de barragem de rejeitos.....	33
Transição justa (da justiça) é uma transição pós-extrativista.....	33

*Este Boletim tem artigos escritos por as seguintes organizações e indivíduos:*

*Centro de Pesquisa e Apoio a Alternativas de Desenvolvimento - Oceano Índico (Centre de Recherches et d'Appui pour les Alternatives de Développement- Océan Indien - CRAAD-OI), Madagascar; Grupo de Estudo Sociedade, Território e Resistência na Amazônia (GESTERRA) - Universidade Federal do Pará, Brasil; Fórum de Movimentos da Floresta da toda Índia (All India Forum of Forest Movements - AIFFM); A Rede do Pacífico sobre Globalização (The Pacific Network on Globalisation - PANG); Acción Ecológica, Equador, membro da rede Oilwatch; Salva la Selva em a Rede Global Sim à Vida Não à Mineração (Yes to Life No to Mining - YLNM); e membros do Secretariado Internacional do WRM.*

## **Uma transição energética "verde" intensiva em minerais: desmatamento e injustiça no Sul global**

### **Nossa Opinião:**

### **Uma transição verde ou uma expansão da extração?**



Mina Mutanda de Glencore na RDC. Foto: Reuters

Muito já se disse sobre a chamada “transição energética” rumo a emissão zero de carbono. A crescente pressão para enfrentar os graves impactos climáticos da queima de petróleo, carvão e gás natural levou mais de 70 cidades e inúmeras companhias e redes empresariais a prometer “neutralidade de carbono”. Mas o que isso significa?

Em poucas palavras, significa que, por um lado, as emissões de dióxido de carbono representadas por essas cidades ou empresas seriam objeto de “compensação” em projetos implementados em outros lugares (por exemplo, plantação de árvores em grande escala). O WRM já escreveu bastante sobre [essa falsa solução e as muitas ameaças que ela representa para o clima, os ambientes locais e os povos que dependem das florestas](#). Por outro lado, as promessas de emissão zero também implicam que muitos setores da economia, como transporte de pessoas ou energia doméstica, recorram cada vez mais às chamadas energias renováveis, às vezes também chamadas de “verdes” ou “limpas”.

Este boletim visa refletir sobre as ameaças envolvidas nessa transição para energias “verdes” ou “limpas”. Antes de tudo, a transição *não* se baseia na redução significativa da produção e do consumo maciços de energia por uma minoria de atores concentrados em

centros urbanos e industrializados. Pelo contrário. A promessa de “energia limpa”, para torná-la atraente para consumidores e financiadores corporativos, baseia-se na simples substituição de energia dos combustíveis fósseis por energia renovável. O segredo sujo dessa transição, no entanto, é a expansão exponencial da mineração no Sul global que seria necessária para satisfazer a enorme demanda por energia “verde”.

Cobre, cobalto, níquel e lítio, por exemplo, são necessários para veículos elétricos, armazenamento de energia e cabeamento. Entre 2017 e 2050, o Banco Mundial prevê um crescimento de mais de 900% na demanda global de lítio, enquanto a demanda por cobalto deverá aumentar quase seis vezes no mesmo período. (1) De acordo com a equipe de pesquisa Europeia em Mineração e Metais da Bernstein, para cumprir os compromissos dos governos dentro do Acordo de Paris, seria necessário produzir entre 11 e 72 milhões de toneladas de cobre, além de atender à demanda industrial atual. Uma demanda maior implica que a produção de cobre cresça entre 3,1% e 5,8% ao ano. (2) Os preços desses minerais devem subir, e essa elevação significa um aumento significativo no valor das ações de empresas de mineração como Ivanhoe, First Quantum, Glencore, Antofagasta e Anglo American. Um artigo deste boletim aponta o papel da União Europeia em impulsionar o crescimento da demanda mineral como resultado da energia “verde”.

Até o Banco Mundial reconhece que “a transição para a energia limpa demandará um uso muito intensivo de minerais”. (3) Não é novidade que, como o Banco é um importante financiador de mineração em grande escala, sua estratégia é criar um “Mecanismo de Mineração Inteligente para o Clima”, com foco na realização de operações de mineração em florestas, ou seja, “Inteligente para as Florestas”. Um artigo deste boletim explica essa estratégia e alerta sobre como o Banco Mundial planeja compensar qualquer poluição, desmatamento ou perda de biodiversidade que ocorra durante essa transição em que haverá “mineração intensiva”.

A multinacional suíça Glencore, por exemplo, uma das três principais produtoras de cobre, cobalto, zinco e carvão térmico marítimo, e das cinco principais produtoras de níquel, planeja reduzir as emissões em suas operações de mineração usando veículos elétricos, energia renovável e tecnologia digital. Isso gera mais demanda pelos minerais que a empresa já está extraíndo. (4) Mais de 25% das atividades de mineração da Glencore estão localizadas em áreas florestais. (5) Essa “transição” não é o oposto do que promete uma economia “limpa”?

Além disso, várias das maiores empresas do mundo que extraem os principais minerais usados na fabricação de baterias estão ligadas a uma longa cadeia de violações de direitos humanos. A Glencore enfrenta 11 alegações de violações da legislação nesse campo, relacionadas à mineração de cobalto, a maioria localizada na República Democrática do Congo (RDC). Trinta e duas alegações dizem respeito à extração de cobre em países como Chile, Peru e Zâmbia. (6) O cobre é essencial para a construção de turbinas eólicas.

Os impactos da mineração são devastadores, principalmente para as mulheres. A devastação não se limita ao local de mineração, pois os impactos desse setor se expandem muito além disso. Os artigos do boletim abordam quatro aspectos relacionados ao setor de mineração que costumam receber menos atenção, mas têm impactos igualmente violentos e destrutivos:

- Compensações da biodiversidade. Um artigo de Madagascar explica como a mineradora australiana Base Resources está usando um projeto de compensação para continuar suas práticas habituais enquanto faz uma limpeza em sua imagem. Na realidade, o projeto de compensação também tem graves consequências, principalmente para as mulheres.

- Barragens de rejeitos de mineração. Um artigo vindo do Brasil relembra os desastres que estão ocorrendo (e provavelmente aumentarão) devido à ruptura de barragens de rejeitos na Amazônia. Quanto mais extração de minérios, mais essas barragens podem se romper.

- Dinheiro da compensação. Um artigo da Índia destaca como o dinheiro que o governo indiano recolhe das empresas de mineração para “compensação” está sendo usado para assediar, perseguir e despejar pessoas de suas casas, que foram transformadas em áreas protegidas.

- Mineração em alto mar. Um artigo de uma rede nas Ilhas do Pacífico alerta sobre como as narrativas da chamada Economia Azul estão escondendo uma corrida por jazidas minerais localizadas no fundo do mar, necessárias para a chamada energia “verde” e renovável. Os primeiros impactos já estão sendo sentidos por territórios costeiros e aldeias a menos de 30 km de alguns desses locais.

Enquanto isso, os combustíveis fósseis (petróleo, gás e carvão) ainda estão sendo amplamente buscados e extraídos – da Indonésia e Nigéria ao Equador, para citar apenas alguns. Muitas indústrias da imensa cadeia produtiva demandam e continuarão demandando grandes quantidades de energia baseada em combustíveis fósseis. Entre essas indústrias estão: aviação, navegação, fertilizantes ou agroindústrias. Outro artigo do boletim, vindo do Equador, nos lembra do enorme poder que as empresas de combustíveis fósseis detêm e como elas expandem suas operações destrutivas.

Esperamos que o boletim revele os impactos ocultos que estão presentes em cada local onde empresas fazem extração. Em contraste com essa devastação estão as histórias de resistência e esperança. Não nos deixemos enganar pelas ondas “verdes” de opressão, e demonstremos nossa solidariedade para com aqueles que defendem seus territórios, que defendem a vida.

1) NS Energy, Host of top energy firms extracting battery minerals linked to human right abuses, setembro de 2019, <https://www.nsenergybusiness.com/news/energy-firms-battery-minerals-human-rights-abuses/>

(2) Mining MX, Glencore’s green rebrand a complex brew for governments, society and shareholders, julho de 2019, <https://www.miningmx.com/news/markets/37604-glencore-green-rebrand-a-complex-brew-for-governments-society-and-shareholders/>

(3) World Bank, Climate-Smart Mining: Minerals for Climate Action, <https://www.worldbank.org/en/topic/extractiveindustries/brief/climate-smart-mining-minerals-for-climate-action>

(4) Glencore, Bank of America Merrill Lynch Smart Mine Conference 2019. Leveraging ideas to unlock value, 2019, <https://www.glencore.com/dam/jcr:6a0e48c2-9e03-4f31-89e1-916228717df5/20190626-GLEN-BAML-Smart-Mine-conference.pdf>

(5) World Bank, Making Mining Forest-Smart, [https://www.profor.info/sites/profor.info/files/Forest\\_Smart\\_Mining\\_Executive\\_Summary-fv\\_0.pdf](https://www.profor.info/sites/profor.info/files/Forest_Smart_Mining_Executive_Summary-fv_0.pdf)

(6) Veja a nota (1) e IndustriALL global union, Calls for sustainable mining after 43 artisanal miners killed in DRC landslide, julho de 2019, <http://www.industrialall-union.org/calls-for-sustainable-mining-after-43-artisanal-miners-killed-in-drc-landslide>

## “Mineração inteligente para a floresta”: a estratégia do Banco Mundial para fazer lavagem verde na destruição da mineração nas florestas

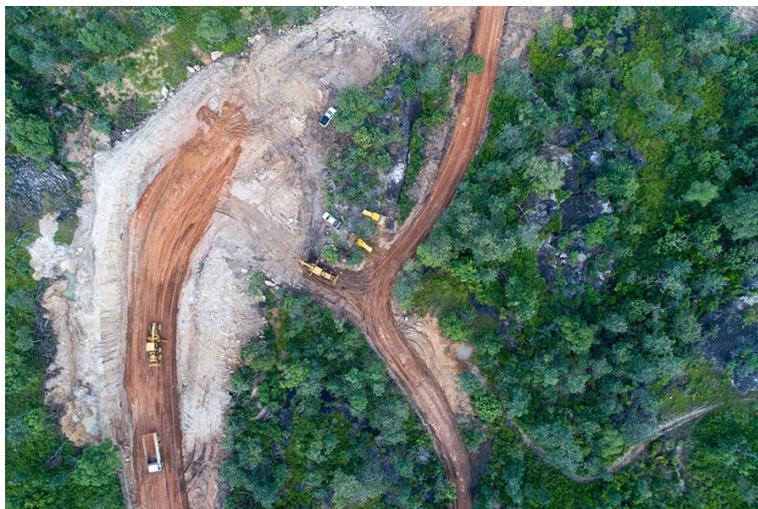


Foto: Profor

Um oxímoro é “uma expressão ou afirmação que parece dizer duas coisas opostas”. O Banco Mundial tem muita experiência com oxímoros e iniciativas contraditórias relacionadas às florestas. Com um relatório intitulado “Tornando a mineração inteligente para a floresta” e o lançamento de um “Mecanismo de mineração inteligente para o clima” em 2019, acrescenta mais duas à sua coleção. (1)

De acordo com a nota à imprensa emitida pelo Banco Mundial, o Mecanismo “apoiará a extração e o processamento sustentáveis de minérios e metais usados em tecnologias de energia limpa”. A motivação por trás dessa nova iniciativa do Banco Mundial é óbvia: “a transição para a energia limpa fará uso muito intensivo de minerais”, explica o Banco Mundial em seu site. (2) E o Banco quer ser um ator central nessa transição “com uso intensivo de minerais”, ao mesmo tempo em que não quer ser visto como financiador de uma atividade com um histórico terrível de violações de direitos e uma enorme pegada de carbono, e que é responsável por desmatamento em grande escala e devastação ambiental. A saída? Uma nova iniciativa que finge que a mineração industrial pode ser “inteligente para o clima”, complementada por um relatório e estudos de caso sobre como “tornar a mineração inteligente para a floresta”.

A primeira parte do resumo do relatório sobre “mineração inteligente para a floresta” apresenta um panorama da realidade suja e devastadora da mineração em grande escala. No entanto, os autores parecem ter se esquecido da realidade descrita nesse início ao escrever a parte do relatório que explica **o que poderia acontecer** se empresas e governos responsáveis pelas devastações e violações de direitos simplesmente tivessem “comportamento responsável nos negócios”. Não está explicado no relatório – nem na parte do site do Banco Mundial sobre “mineração inteligente para o clima” – por que ou como a indústria de mineração do mundo real, ligada à destruição e à violência generalizada, se transformaria em uma atividade tão responsável.

***A destruição de florestas como resultado da mineração industrial vai aumentar***

Atualmente, 7% das minas de grande porte que afetam diretamente as florestas estão em áreas de floresta tropical. No relatório “Tornando a mineração inteligente para a floresta”, o Banco Mundial observa que “o número de novas minas de grande porte em áreas florestais autorizadas anualmente aumentou, passando de 4 a 10 na década de 1980 para 20 ou mais na última década”. (3) E a porcentagem dessas minas que afeta diretamente as áreas protegidas também está aumentando rapidamente. Sendo financiador importante da grande mineração e da infraestrutura vinculada a essas minas, o Banco Mundial precisa garantir que suas próprias diretrizes ambientais lhe permitam financiá-las mesmo onde a mineração destrói florestas ou ocorre em áreas protegidas.

### ***Compensação para fazer lavagem verde na transição de energia “com uso intensivo de minerais”***

As políticas implementadas na década de 1990 e na primeira década deste século, que restringem o financiamento do Banco Mundial a certas atividades destrutivas, como a mineração em áreas protegidas, estão sendo ajustadas para permitir o financiamento da transição energética “com uso intensivo de minerais”, o que causará muita destruição florestal.

A Corporação Financeira Internacional (IFC, na sigla em inglês) é o braço do Banco Mundial que empresta dinheiro a empresas do setor privado. Em 2012, a IFC alterou seu conjunto principal de políticas e regulamentações que orientam seus financiamentos, os chamados Padrões de Desempenho. Uma mudança importante nessa revisão foi a introdução da compensação de biodiversidade no Padrão de Desempenho Número 6 da IFC, o mais diretamente relacionado a questões ambientais. Essa mudança abriu a porta para permitir, mais uma vez, o financiamento da destruição causada pela mineração em grande escala, mesmo em áreas protegidas e florestas que se enquadram na definição de “habitat crítico” do Banco. Tudo o que as mineradoras que solicitam financiamento da IFC para destruição de florestas protegidas têm que fazer é apresentar uma proposta de como “compensar” essa destruição ([veja, também, o artigo do Boletim 215](#)).

Não é de surpreender que a compensação da biodiversidade tenha um papel central no relatório do Banco Mundial sobre “Mineração Inteligente para as Florestas”. Ele foi preparado pela Flora Fauna Habitat, uma ONG internacional de conservação que tem participado ativamente de iniciativas de compensação da biodiversidade na indústria de mineração. (4)

### ***A indústria de mineração como futura financiadora do REDD+?***

O relatório do Banco Mundial também conecta a expansão da mineração em grande escala ao REDD+, o controverso mecanismo que vem dominando a política florestal internacional nos últimos 15 anos. O relatório afirma que, em países onde a mineração cumpre um papel econômico importante e onde o governo estabeleceu instituições, políticas e planos para o REDD+, “ele poderia ser um dispositivo importante para promover mineração com resultados inteligentes para as florestas”. Que impressão essa união entre a indústria de mineração e o REDD+ pode dar aos consultores de “mineração inteligente para as florestas” do Banco Mundial? No Quênia, por exemplo, o Projeto de REDD+ Corredor Kasigau [oferece] uma abordagem de compensação baseada no mercado, na qual uma empresa de mineração menor poderia investir em vez de estabelecer seu próprio esquema”.

Esse é o mesmo projeto de REDD+ que cimentou desigualdades históricas com relação ao acesso à terra. Ele já foi citado como um exemplo em que o desmatamento que supostamente teria acontecido sem o projeto é exagerado nos documentos desse mesmo projeto para que este possa vender mais créditos de carbono. (5) É também o mesmo projeto de REDD+ que deu uma oportunidade de lavagem verde à BHP Billiton, uma das maiores mineradoras do mundo. Em 2015, o maior acidente de mineração da história, na mina da Samarco, no estado brasileiro de Minas Gerais, matou 19 pessoas e deixou 700 sem ter onde morar. A mina é administrada por uma empresa de propriedade conjunta das mineradoras multinacionais BHP Billiton e Vale. (6) Menos de um ano após esse desastre, quando o rio afetado pelo vazamento ainda estava vermelho, a IFC promoveu a BHP Billiton como campeã do REDD+: como parte da iniciativa “Títulos Florestais”, da IFC, a BHP Billiton se comprometeu a comprar qualquer crédito de carbono de REDD+ do projeto Corredor Kasigau que os compradores dos “Títulos Florestais” da IFC não quisessem. Um dos objetivos dessa iniciativa era aumentar o financiamento do setor privado para o projeto e outras iniciativas de REDD+ em lugares onde houvesse dificuldades para vender seus créditos de carbono. O comprador de um “título florestal” (7) pode optar por receber seu pagamento anual de juros em dinheiro ou em créditos de carbono do projeto. E, se os compradores de títulos não quisessem esses créditos, a BHP Billiton os aceitaria. Essa foi uma ótima estratégia de relações públicas para a empresa, em um momento em que ainda enfrentava as manchetes negativas do desastre.

### ***“As compensações estão sendo compensadas”***

Na parte que descreve “desafios”, os autores do relatório observam que “as compensações estão sendo cada vez mais compensadas”. A organização Re:Common documentou um exemplo recente disso em Uganda. (8) Uma condição para que a controversa usina de Bujagali recebesse financiamento do Banco Mundial era se comprometer a compensar a destruição das icônicas quedas d’água que seriam inundadas pelo reservatório. Alguns anos depois, no entanto, outra empresa recebeu aprovação para construir uma hidrelétrica no Nilo – e o lago dessa barragem inundará as quedas d’água que deveriam ser protegidas como compensação de biodiversidade para a destruição causada pela barragem de Bujagali – e a compensação de biodiversidade é transferida para outro lugar. Como descrito no relatório da Re:Common, essa transferência da compensação de biodiversidade para um novo lugar restringirá, mais uma vez, o uso da terra e das áreas de pesca, e permitirá a expansão de estruturas para o turismo de luxo.

Uma coisa fica clara até com uma análise superficial dessa proposta do Banco Mundial: uma transição energética “com uso muito intensivo de minerais”, que adote a abordagem do Banco Mundial com foco em “tornar a mineração inteligente para as florestas” será uma má notícia para florestas, povos da floresta e o clima. Enquanto isso, a indústria de mineração pode contar com o Banco Mundial para fazer a sua parte na lavagem verde da destruição e da violência inerentes à mineração em grande escala com esse novo oxímoro da “mineração inteligente para as florestas” e as bonitas imagens que a acompanham, a ser inseridas em relatórios e sites.

*Jutta Kill, [jutta@wrm.org.uy](mailto:jutta@wrm.org.uy)*

*Membro do secretariado do WRM*

- (1) Site do Profor que fornece links para a série de relatórios sobre “mineração inteligente para as florestas”: <https://www.profor.info/content/forest-smart-mining-identifying-factors-associated-impacts-large-scale-mining-forests>
- (2) Documento “Climate-Smart Mining: Minerals for Climate Action”, do Banco Mundial. <https://www.worldbank.org/en/topic/extractiveindustries/brief/climate-smart-mining-minerals-for-climate-action>
- (3) World Bank (2019): Making Mining Forest Smart. Sumário Executivo. [https://www.profor.info/sites/profor.info/files/Forest%20Smart%20Mining%20Executive%20Summary-fv\\_0.pdf](https://www.profor.info/sites/profor.info/files/Forest%20Smart%20Mining%20Executive%20Summary-fv_0.pdf)
- (4) WRM (2015): Banco Mundial abre caminho para uma estratégia nacional de compensação de biodiversidade na Libéria. <https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/banco-mundial-abre-caminho-para-uma-estrategia-nacional-de-compensacao-de-biodiversidade-na-liberia/>
- (5) Re:Common (2017): The Kasigau Corridore REDD+ Project in Kenya: A crash dive for Althelia Climate Fund. <https://www.counter-balance.org/redd-inequity-writ-large-e4-4-million-for-althelia-climate-fund-in-management-fees-while-villagers-in-kenya-ask-how-is-the-carbon-benefiting-me/>
- (6) Re:Common (2017): Mad Carbon Laundering. <https://www.recommon.org/eng/mad-carbon-laundering/>
- (7) Um título é um empréstimo de um investidor privado a uma empresa ou um governo, que vendem esses títulos a investidores privados e usam o dinheiro para financiar projetos e operações. Em vez de recorrer a um banco, a empresa, o governo ou o município tomam empréstimos diretamente de investidores privados. O contrato vinculado ao título inclui informações como a data em que a empresa ou o governo deve pagar o empréstimo. Geralmente, o comprador do título também recebe pagamentos regulares de juros (anuais). No caso dos “Títulos Florestais” da IFC, os investidores privados podem optar por receber esses pagamentos anuais de juros na forma de créditos de compensação de REDD+ em vez de dinheiro.
- (8) Re:Common (2019): Turning Forests into Hotels. The True Cost of Biodiversity Offsetting in Uganda. <https://www.recommon.org/eng/turning-forests-into-hotels-the-true-cost-of-biodiversity-offsetting-in-uganda/>

## Mulheres, florestas e indústrias extrativas: o caso das indígenas Mikea, em Madagascar



Mulheres Mikea em Madagascar carregando tubérculos do baboho, um alimento básico dos povos Mikea, colectado na floresta. Foto: CRAAD-OI

Madagascar enfrenta desafios únicos em função de sua posição como importante local de biodiversidade global, em um contexto em que as indústrias extrativas se tornaram o principal pilar da política nacional de “desenvolvimento”. Especificamente, **Madagascar é um dos países mais afetados pelo desmatamento**, reconhecido como um grande problema ambiental, com impactos sobre a população cujo caráter é claramente de gênero.

A alta prioridade dada ao desenvolvimento das indústrias extrativas em níveis nacional e internacional aumentará o desmatamento e piorará o problema das mudanças climáticas, mas também exacerbará os impactos negativos que afetam de forma desproporcional as mulheres, como evidenciado no caso dos povos indígenas Mikea, de Madagascar.

### ***Indústrias extrativas: uma grande ameaça para florestas e pessoas***

Madagascar é o que se chama de “grande ilha” de 587 mil km<sup>2</sup>, localizada no Oceano Índico, a quase 500 quilômetros no lado sudeste do continente africano. É conhecida pela biodiversidade rica e única, que se desenvolveu devido à sua insularidade: por exemplo, 32 espécies de primatas, 30 de camaleões e 260 de pássaros que não são encontradas em nenhum outro lugar do mundo. Como essa biodiversidade única é de importância global para as ciências naturais, o país se tornou o foco da assistência internacional ao desenvolvimento. (1)

Apesar de sua significativa riqueza natural, Madagascar está entre os países mais pobres do mundo, com mais de 70% da população afetados pela pobreza estrutural. Nos últimos anos, o setor de mineração tornou-se foco dos esforços de políticas governamentais, com o argumento de que tem potencial como principal ferramenta para a redução da pobreza e o desenvolvimento. Além disso, **mineradoras transnacionais em busca de novos recursos têm prestado cada vez mais atenção ao importante potencial mineral do país, rico em várias jazidas de minérios, incluindo níquel, titânio, cobalto, ilmenita, bauxita, ferro, cobre, carvão e urânio, bem como terras raras.** Até agora, o níquel-cobalto e a ilmenita tem atraído a maior parte dos investimentos estrangeiros diretos.

Especificamente, foi estabelecido na região sudoeste de Madagascar **o projeto de mineração de grande porte Base Toliara, voltado à exploração de ilmenita pela Base Resources, uma empresa australiana.** O projeto está invadindo a Floresta Mikea, o que atraiu a atenção de grupos internacionais de conservação por causa da grande biodiversidade da floresta, que inclui várias espécies endêmicas raras e locais de répteis, anfíbios, mamíferos, aves, invertebrados e plantas – 90% das quais não são encontradas em nenhum outro lugar. Portanto, a conservação da flora e da fauna dessa floresta é de extrema importância.

Autoridades, pesquisadores e grupos de conservação já disseram que a principal ameaça à Floresta Mikea vem dos agricultores que queimam e desmatam terras para o cultivo de milho e a pecuária, (2) mas esses grupos pouco falam sobre a nova ameaça representada pelo projeto de mineração Base Toliara, que **deve cortar mais de 450 hectares de vegetação natural, incluindo centenas de baobás e tamarindos endêmicos da região.** Ao invés disso, a mineradora recebeu licença para destruir a Floresta Mikea, desde que apresente uma estratégia para “compensação da biodiversidade”. Isso é especialmente importante, uma vez que o **mecanismo de compensação da biodiversidade se tornou parte das prescrições das instituições financeiras internacionais (IFIs)** que são os principais financiadores do país e dos projetos de mineração, principalmente o Grupo Banco Mundial e o Banco Africano de Desenvolvimento.

Em termos simples, isso significa que a **Base Resources destruirá uma parte importante da Floresta Mikea enquanto “protege” outra área localizada fora do perímetro de mineração (a compensação)** “em parceria com comunidades locais e agências de proteção ambiental”, em troca da área a ser destruída. (3) A necessidade de proteção na

área de compensação é justificada pela suposta ameaça à biodiversidade causada pelas atividades silvícolas de subsistência e as práticas agrícolas de comunidades indígenas e locais. Como resultado, **essas comunidades são vítimas de restrições intensas para acessar suas terras, suas florestas e seus recursos, dos quais dependem para viver.**

Esses impactos prejudiciais sobre as comunidades afetadas já foram evidenciados no caso da compensação de biodiversidade ligada à mina de ilmenita Rio Tinto QMM, na costa sudeste de Madagascar, onde “os meios de subsistência das comunidades no local de compensação de biodiversidade de Bemangidy-Ivohibe ficaram ainda mais precários em função do projeto de compensação. Comunidades que já enfrentavam dificuldades agora estão diante de um maior risco de fome e privação como resultado direto de uma compensação de biodiversidade que beneficia uma das maiores mineradoras do mundo”. (4)

### ***Os impactos de gênero da mineração em grande escala em Madagascar***

Os afetados pelas grandes operações de mineração estão sujeitos às restrições de uso da terra e da floresta associadas ao estabelecimento dos projetos de mineração e compensação. Essas restrições ao uso de recursos afetam importantes atividades de subsistência e relacionadas à saúde, com impactos intensos e com caráter de gênero, não apenas sobre os meios de subsistência e a soberania alimentar, mas também sobre os direitos consuetudinários e culturais.

Na região sudoeste, onde o projeto Base Toliara para exploração de ilmenita está sendo implantado, **as mulheres indígenas Mikea vivem quase inteiramente da caça e da coleta na Floresta Mikea.** Para elas, a floresta é “um lugar povoado por espíritos e criaturas míticas, que pertence a Zanahary (o Deus criador), e deve ser usada com moderação e com respeito pelos espíritos que vivem lá”. (5)

**Como resultado das restrições impostas pelo projeto de compensação, é mais provável que lhes seja proibido exercer toda uma série de atividades de subsistência baseadas na floresta,** incluindo o corte de vegetação para a produção de carvão vegetal, a caça de espécies animais endêmicas para alimentação, a extração de lenha, plantas medicinais, água potável, materiais para construção de casas, a pescaria, o pastoreio de gado e a coleta de materiais usados para tecer cestos e esteiras.

Além disso, as mulheres perderão para a mineradora suas terras e os recursos naturais, dos quais dependem para viver, em um contexto em que elas estão entre os grupos sociais mais pobres e vulneráveis. Quando as terras agrícolas não estiverem mais disponíveis e/ou o solo e as fontes de água estiverem esgotadas ou poluídas, a carga de trabalho das mulheres provavelmente aumentará para que elas obtenham uma renda decente.

Também é importante ressaltar que os representantes das mineradoras costumam entrar em negociações apenas com homens, excluindo as mulheres dos pagamentos das indenizações. As mulheres também têm pouco ou nenhum acesso ao emprego ou a outros “benefícios” oferecidos pela empresa. Portanto, elas se tornam ainda mais dependentes dos homens, que têm maior probabilidade de acessar e controlar esses benefícios, enquanto **a maioria dos custos sociais e ambientais da mineração é externalizada a elas.**

Além de todos esses impactos negativos, as mulheres enfrentam outros impactos e fardos. **Como a mineração em grande escala implica a substituição das economias de**

**subsistência, que alimentaram gerações de comunidades e povos indígenas, as mulheres são marginalizadas em função do dinheiro necessário para participar da economia monetária.** Seus papéis tradicionais na coleta de alimentos, no fornecimento de água, no cuidado das crianças, na educação e na alimentação são muito afetados, e os meios de subsistência que geram o dinheiro necessário para que elas participem da economia monetária são destruídos pela mineração.

### ***Mulheres, mineração e mudanças climáticas***

Prevê-se que a região sul de Madagascar sofra o aumento mais significativo de temperatura, juntamente com episódios sucessivos de inundações e secas prolongadas. **Esses fenômenos relacionados às mudanças climáticas serão amplificados de várias maneiras pelos impactos de gênero das operações do projeto de mineração.**

O principal deles é a **menor disponibilidade de água** para a agricultura e as comunidades envolvidas, devido à sua extração significativa para atividades de mineração, juntamente com a poluição da água subterrânea pelos rejeitos da mineradora. Isso implica que, para obter água a ser usada em suas casas, as mulheres teriam que percorrer um longo caminho para encontrar uma fonte de água que não seja poluída. Elas também enfrentarão os possíveis impactos à saúde da poluição da água combinada com a alta prevalência de doenças induzidas pelas mudanças climáticas.

Além disso, o corte de 455 hectares de vegetação natural pelo projeto de mineração acarretará a perda de florestas vivas e interconectadas, das quais as mulheres dependem muito para sua subsistência e sua renda, incluindo a perda de espécies sensíveis às variações de temperatura e chuvas associadas às mudanças no clima.

Concluindo, a mineração em grande escala está resultando em uma série de impactos específicos sobre as mulheres, cujas vidas cotidianas são diretamente afetadas por um aumento da carga de trabalho ligada ao cuidado, como coletar água, alimentar a família e cuidar da saúde de todos. Elas estão perdendo em quase todos os aspectos relacionados a essa atividade extrativista, principalmente no contexto das mudanças climáticas. **O caso das indígenas Mikea mostra que o grande projeto de mineração Base Toliara, em Madagascar, empurra ainda mais as mulheres para a pobreza, a desapropriação e a exclusão social.**

*Zo Randriamaro*

*Centro de Pesquisa e Apoio a Alternativas de Desenvolvimento - Oceano Índico (Centre de Recherches et d'Appui pour les Alternatives de Développement- Océan Indien - CRAAD-OI), Madagascar*

(1) Wright, 1997: 381. <https://www.karger.com/Article/PDF/157230>

(2) Blanc-Pamard (C.) 2009. The Mikea Forest Under Threat (southwest Madagascar): How public policy leads to conflicting territories. *Field Actions Science Reports*, Vol. 3, 2009; and Stiles (D.) 1998, *The Mikea Hunter-Gatherers of Southwest Madagascar: Ecology and Socioeconomics. African Study Monographs* 19(3):127-148 · January 1998.

(3) Coastal and Environmental Services (CES) 2013. Projet minier de Ranobe, région Sud Ouest, Madagascar. Version Préliminaire d'Etude d'Impact Environnemental et Social.

(4) WRM, Re:Common and Collectif TANY, 2016, Rio Tinto's biodiversity offset in Madagascar, <https://wrm.org.uy/other-relevant-information/new-report-rio-tintos-biodiversity-offset-in-madagascar/>

(5) Idem (2)

\* Em 06 de novembro de 2019, o Conselho de Ministros suspendeu todas as atividades relacionadas ao projeto de mineração Base Toliara. **Por favor, assine para apoiar as comunidades em Madagascar contra o Projeto de Mineração Base Toliara e pedindo sua suspensão permanente. Assine a petição aqui:** <https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSehB-5gsPidEj-Xje3jHDwEDyOqYvHuy6HOwPQTwnzCH8VHrg/viewform>

## Brasil: Barragem de resíduos da mineradora de alumina Hydro Alunorte. Um desastre anunciado?



Barcarena, Brasil, bacia de rejeitos. REF: Pedrosa Neto

A indústria extrativa mineral, apesar de sua desaceleração, tem crescido tanto em volumes extraídos quanto em ganhos financeiros, com a abertura ou expansão de novas minas e refinarias a nível mundial. Em relação ao alumínio, por exemplo, o crescimento em termos de fluxos econômicos exportados no Brasil subiu de 129.033,4 toneladas no ano de 2000 para 930.206,6 toneladas, em 2017. (1)

Em 2017, só no estado de Pará, Brasil, pelo porto de Vila do Conde (no município de Barcarena), exportou-se 5.014.443 toneladas de alumina e 208.906 toneladas de alumínio. E todo esse fluxo econômico (de exportação de alumínio) é de responsabilidade da empresa Hydro Alunorte.

**A fábrica Alunorte em Barcarena, propriedade da Norsk Hydro, é considerada a maior refinaria de alumina do mundo**, além de deter toda a tecnologia - técnicas, científicas, políticas e econômicas - de extração, produção e distribuição do minério. Isso envolve o **domínio completo da cadeia produtiva do alumínio**, desde a lavra da bauxita, o refinamento da alumina e sua transformação em alumínio primário e produtos laminados, até a sua exportação.

A Norsk Hydro é **uma empresa multinacional norueguesa**, com 2,69 bilhões de ações emitidas, sendo que o estado norueguês possui 34,7% destas ações. Entre os demais acionistas, destacam-se os investidores: State Street Bank and Trust Comp (Estados Unidos), Clearstream Banking (Luxemburgo), HSBC Bank (Grã-Bretanha), J. P. Morgan Bank Luxembourg (Luxemburgo), Banque Pictet e Cie (Suíça), J.P Morgan Chase Bank (Grã-Bretanha) e Euroclear Bank (Bélgica).

Com base em dados de 2017, uma média de 14% da produção da Hydro Alunorte (de Barcarena) é destinada ao mercado interno brasileiro e os outros 86% à exportação. Atualmente, **a empresa exporta principalmente para os mercados do Canadá, Noruega, Islândia, Rússia, Estados Unidos, Emirados Árabes Unidos, Letônia, Japão e México.** (2)

Em 2010, **a Hydro comprou os ativos referentes à produção de bauxita, alumina e alumínio de um dos maiores mineradores do mundo, a Vale**, (por 4,9 bilhões de dólares), que receberia 1,1 bilhão de dólares em dinheiro e uma participação de 21,6% na Hydro, avaliada em 3,1 bilhões de dólares (3). A aquisição incluiu as operações de mineração de bauxita em Paragominas, Pará, a participação majoritária na maior refinaria de alumina do mundo, Alunorte, em Barcarena, e a participação de 51% na principal empresa de alumínio do Brasil, a Albras (hoje uma empresa conjunta entre a Norsk Hydro e a Nippon Amazon Aluminium Co. Ltd).

Em 2013, a Hydro comprou 407.122.241 de ações da Vale, por US\$ 1,656 bilhão. E, dessa forma, a participação de 21,6% da Vale caiu para 2,0% das ações autorizadas e emitidas pela Hydro. Nesse mesmo ano, **realizou a fusão com a SAPA Aluminium**, por um valor equivalente a US\$ 3,381 bilhões. Nesse cenário, houve a expansão das atividades produtivas da Hydro Alunorte em Barcarena, como também das suas barragens de rejeitos.

### ***O que são as barragens de rejeitos de mineração?***

Para armazenar os resíduos originários da extração de minerais, as empresas de mineração construíram as chamadas barragens de rejeitos. **Esses rejeitos contêm altas concentrações de produtos químicos, além de depósitos de lama, rochas finamente moídas e água que permanece após a separação dos metais dos minerais.** As barragens de rejeitos são construídas à medida que os depósitos são explorados e crescem como a mina.

O crescimento da extração de minérios e produção minero-metalúrgico e a consequente multiplicação das barragens ao longo do último século ocorreram na mesma proporção dos **vazamentos e rompimentos de barragens de resíduos em diversos do mundo.** (4) O rompimento de barragem de rejeitos no Brasil mais noticiado foi da empresa Samarco Mineração S.A, em novembro de 2015, no município de Mariana, em Minas Gerais, seguido do desastre em 2019 de Brumadinho.

Destacam-se também os consecutivos vazamentos da barragem de rejeitos da companhia Hydro Alunorte, em Barcarena, Pará, que tem seus pontos mais dramáticos nos desastres ocorridos em abril de 2009 e em fevereiro de 2018. Todos esses rompimentos em intervalos muito próximos e consecutivos.

O Relatório de Segurança de Barragens 2017, da Agência Nacional de Águas (ANA), assinala **753 barragens de contenção de resíduos industriais e 790 de rejeitos de mineração em Brasil.** (5)

### ***Os desastres da Norsk Hydro Alunorte***

A Hydro Alunorte possui duas barragens de rejeitos (a DRS1 e a DRS 2/embargada), porém a empresa se recusa a tratar o local de rejeitos como barragem e o denomina como bacia ou depósito, e, portanto não estão mencionados na listagem da Agência Nacional de Mineração de 2019. Nos discursos e no próprio processo de licenciamento ambiental as áreas são tratadas como Depósitos de Rejeitos Sólidos (DRS).

Esse processo de autodefinição realizado pela empresa inicia-se com a inauguração da Alunorte em 1995. Segundo o relatório anual da Alunorte de 2009 (ano do grande desastre provocado pelo transbordo da barragem de rejeitos), a primeira célula do DRS foi iniciada em 1995, em uma área de aproximadamente 15 hectares. Em 2009, a “barragem” já ocupava cerca de 130 hectares. **Esses rejeitos quando transbordaram atingiram as nascentes e percurso do rio Mucurupi, da qual afetaram diretamente a vida de quase 100 famílias que moram na área e indiretamente milhares de outras famílias que dependem dos rios.** Essas famílias ficaram sem água para beber, para o uso doméstico e ainda foram impedidos de pescar para se alimentar; além disso, os poços utilizados pelas famílias atingidas foram poluídos por metais pesados.

Outro destaque é que a Hydro “aproveitou” a própria área em que ocorreria o vazamento de 2009 para expandir o DRS1 enquanto planeja a instalação de uma nova estrutura. Nesse sentido, a apresentação de Estudos de Impacto Ambiental e Relatórios de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) acabam sendo meros procedimentos administrativos.

**Em 2018 (16 e 17 de fevereiro), houve o transbordamento e ao mesmo tempo despejo de rejeitos tóxicos e metais pesados (chumbo, cromo e níquel) da Hydro Alunorte, no qual atingiu comunidades (Bom Futuro, Vila Nova, Burajuba, particularmente), igarapés e o rio Pará.** É um caso emblemático desde a negação sistemática da empresa e em primeiro momento pelo Estado (culpabilizando alta concentração de chuvas), porém com um Termo de Juste de Conduta (TAC) assinado entre Ministério Público Federal (MPF) e Ministério Público do estado de Para (MPPA) e a Hydro Alunorte para reparação e ações emergenciais.

As chuvas excessivas foram usadas como peça central argumentativa da empresa; uma criação discursiva enganosa. Os dados de 1977 a 2006 da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) revelam isso quando confrontados com os dados disponíveis do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), que nos permitem afirmar que as chuvas que ocorreram nos dias 16 e 17 de fevereiro em Barcarena, estão dentro dos padrões históricos e que, por isso, não podem ser “culpabilizadas” pelo desastre. No entanto, não houve embargo ou cancelamento das licenças ambientais concedidas ao DRS2.

Construiu-se a narrativa que os vazamentos constituem “acidentes normais ou desastres naturais”, que podem ser igualados às inundações e terremotos. Com isso acaba sendo criado um evento episódico que congela **a complexidade social e a processualidade histórica, política e econômica da construção do desastre, e invisibiliza as estruturas e forças de poder que são colaboradores significativos na produção de desastres.**

Nesse sentido, o desastre não se constitui simplesmente um elemento isolado no espaço-tempo, ele aponta a relação estrutural entre eventos de rompimento de barragens de rejeitos e os ciclos econômicos da mineração. Ao mesmo tempo revela-se **o jogo de interesses e parcerias entre Estado e mercado/empresas, com “discursos afinados”.**

Os desastres nem não são advindos de erros e negligências humanas ou falhas em sistemas ou leis, mas são exemplos que indicam que as estruturas de controle ambiental outorgam “licenças de permissão” de crimes ambientais a empresas concedidos pelo Estado. Pode-se destacar as seguintes “licenças de permissão”: i) no Parecer técnico da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas), no 16 de janeiro de 2019, que assegura que Hydro já pode operar com 100% da capacidade; 2) na determinação do Ministério Público Federal (MPF), em maio de 2019, do encerramento do embargo da refinaria de alumínio Hydro Alunorte -, a decisão judicial fez com que a empresa voltasse a operar em 100%, que tinha ficado apenas 50% após fevereiro de 2018, com “desastre” (crime); 3) Petição conjunta e Protocolo de Entendimentos da Hydro e MPF sobre o fim do desembargo DRS2 (6). Cabe destacar que a DRS 2 funcionava sem licença ambiental e está dentro de uma reserva ecológica (área de proteção ambiental).

### ***Uma cadeia de desastres e crimes ambientais anunciados***

O fato é que historicamente essas poluições, contaminações e crimes ambientais estão acompanhados de outros desastres. Desastres referentes ao **aumento das desapropriações (desposseções / espoliações forçadas), em virtude das instalações e expansões de indústrias e grandes agentes econômicos**, do qual são “desastres” que vem contribuindo diretamente na degradação da vida no município de Barcarena. (7)

Nessas áreas (desapropriadas) pelo desastre do 2018 da Hydro Alunorte: “existia toda uma complexa estrutura social composta de inúmeras comunidades rurais, com uma população nativa, ligada por fortes laços de parentesco e religiosidade, praticantes da pesca, caça e extrativismo, além de uma pequena lavoura de subsistência.” (8)

Esses novos desastres estão relacionados com 1) (novas) desapropriações / expulsões; 2) desmatamento; 3) contaminações no rios; 4) proibição da atividade artesanal e econômica pesqueira; 4) uso privado de ruas e estradas; 5) aumento da prostituição e mobilidade do trabalho (estrangulando o setor educacional e de saúde); 6) criação de dependência de empregos temporários; 7) conflitos territoriais (familiares e entre comunidades); 8) especulação fundiária e imobiliária; 9) aumento da violência urbana.

Paralelo a isso o apequenamento (inferiorização) do pequeno produtor rural (e sua migração para a cidade), o apagamento de histórias/vidas, violações de direitos humanos, étnicos e territoriais. **Violações essas que vem acontecendo por meio da naturalização das violações de direitos, invisibilizaram e permitiram a legitimação da dominação social de sistemas e políticas capitalistas espoliativas.** Consequentemente a asfixia de histórias e memórias construídas: de roças, quintais, pesca e “banhos” no rio e crenças e simbologias.

*Jondison Rodrigues e Marcel Hazeu,*  
*Grupo de Estudo Sociedade, Território e Resistência na Amazônia (GESTERRA) -*  
*Universidade Federal do Pará*

(1) MICES - Ministério de Indústria, Comercio Exterior e Serviços. Séries históricas. <http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/series-historicas>. Acesso em: 01 dez. 2018

(2) SEDEME – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia. Comercio Exterior. <http://sedeme.pa.gov.br/estatistica/>. Acesso em: 18 fev. 2019.

- (3) SOLSVIK, T.; MOSKWA, W. Hydro compra negócios de alumínio da Vale por US\$4,9 bi. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia-e-negocios/noticia/2010/05/hydro-compra-negocios-de-aluminio-da-vale-por-us49-bi-2.html> . Acesso em: 30 jan. 2019.
- (4) COELHO, M. C. N. et al Regiões econômicas mínero-metalúrgicas e os riscos de desastres ambientais das barragens de rejeito no Brasil. Revista da ANPEGE, v.13, n.20, p.83-108, 2017.
- (5) ANA – Agencia Nacional de Águas. Relatório de segurança de barragens 2017. Brasília: ANA, 2018.
- (6) <http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2019/peticao-conjunta-protocolo-entendimentos-hydro-mpf-desembargo-drs2/view>
- (7) NASCIMENTO, N. S. F.; HAZEU, M. T. Grandes empreendimentos e contradições sociais na Amazônia: a degradação da vida no município de Barcarena, Pará. Argumentum, v. 7, n. 2, p. 288-301, 2015.
- (8) HAZEU, M. T. O não-lugar do outro: Sistemas migratórios e transformações sociais em Barcarena. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2015.

## Índia: dinheiro da mineração, desmatamento e conservação



Apesar das afirmações persistentes e espalhafatosas sobre o aumento da cobertura florestal na Índia ([veja artigo do Boletim 233 do WRM](#)), o país continua perdendo florestas em um ritmo alarmante. Segundo estatísticas oficiais compiladas pelo Ministério do Meio Ambiente, Florestas e Mudanças Climáticas, um total de 1 milhão e 500 mil hectares de florestas teve seu uso desviado entre 1980 e 2019: mais de 500 mil hectares para mineração, o restante para energia térmica, linhas de transmissão, hidrelétricas e outros projetos. (1) Somente nos últimos três anos (2015-2018), o governo indiano concedeu “licenças para corte de florestas” relativas a mais de 20.000 hectares, (2) autorizando a destruição de florestas densas. **Embora existam muitos fatores desencadeantes do desmatamento na Índia, talvez o mais importante seja a mineração, legal e ilegal.**

Juntamente com a mineração legalmente aprovada, outra fonte importante de desmatamento é a mineração ilegal em grande escala, geralmente permitida a partir de patrocínio político. Um estudo recente sobre o desmatamento impulsionado pela mineração, que abarcou mais de 300 distritos, aponta que **os estados que representam cerca de 35% da cobertura florestal da Índia – Odisha, Chhattisgarh, Madhya Pradesh, Karnataka e Jharkhand – também produzem grandes quantidades de carvão e ferro.** (3) Alguns desses estados registraram redução constante da cobertura florestal no passado recente, de acordo com dados oficiais. Distritos onde há mineração de carvão – Chhattisgarh,

Jharkhand e Madhya Pradesh – tiveram uma redução de 519 km<sup>2</sup> em sua cobertura florestal em comparação com os que não possuem essas minas.

O Estado indiano parece **determinado a continuar abrindo as florestas que ainda restam para a mineração**. Em fevereiro de 2019, o governo do país concedeu licença preliminar para a Etapa 1 do desmatamento a uma mina de carvão a céu aberto do grupo multinacional Adani, em um dos maiores trechos contíguos da floresta muito densa de Hasdeo Arand, em Chhattisgarh, com 170.000 hectares. (4) Isso aconteceu apesar de que, em 2009, essa área florestal havia sido declarada zona proibida para mineração, após a apresentação do Relatório do Comitê Governamental de Reformas Agrárias e Relações Agrárias do Estado (CLSR, na sigla em inglês) ao Governo da Índia e ao Gabinete do Primeiro Ministro. (5)

O desvio de uso da floresta de Hasdeo Arand é um caso típico. **Não apenas as leis existentes são ignoradas e distorcidas, mas preocupações ambientais urgentes são ignoradas despreocupadamente quando se trata de beneficiar uma empresa privada de propriedade de um amigo íntimo do primeiro-ministro**. O departamento florestal do governo do estado de Chhattisgarh se opôs a esse desvio, porque a área é um importante corredor de vida selvagem. (6) As comunidades locais, cujo consentimento é obrigatório para qualquer caso de desvio de uso de florestas, também se opuseram à mineração. Isso foi igualmente ignorado, pois o Comitê Consultivo Florestal do Ministério do Meio Ambiente, Florestas e Mudanças Climáticas da Índia autorizou o desmatamento apenas com base no fato de que já havia mineração em andamento na região. Estão em estudo outras três propostas que destruiriam florestas na região de Hasdeo Arand. **Essa lógica insana segundo a qual a existência de uma mina automaticamente justifica outras levanta questionamentos pertinentes sobre se os órgãos “especializados” do governo levam em conta os impactos ambientais, ecológicos e sociais dos projetos propostos ao decidir sobre futuros cortes de florestas**.

A resposta provável é não. Mas voltemos a Chhattisgarh. A importante Lei de Direitos Florestais (FRA), de 2006, exige consentimento das comunidades na conclusão dos processos de reconhecimento de direitos florestais para conceder qualquer permissão de desvio de uso de florestas. Assim, essas **licenças para corte de florestas costumam ser emitidas com base em “consentimentos” obtidos, em grande parte, por meio de coerção e fraude**. (7) Se não é possível fabricar consentimento, as autoridades administrativas envolvidas recorrem a práticas mais complexas. Por exemplo, na área de mineração de carvão de Sarguja, o governo do estado de Chhattisgarh “retirou” concessões de recursos florestais comunitários que havia emitido anteriormente, alegando que os moradores das aldeias atrapalhavam as operações de mineração na área e que a licença para a mineração precedia essas concessões. (8)

Embora a Lei de Direitos Florestais conceda poderes a comunidades e suas instituições para retomar o controle efetivo sobre as florestas, além de reconhecer uma ampla gama de direitos florestais que haviam sido extintos de forma arbitrária e muitas vezes ilegal durante o regime colonial e também posteriormente, o Estado indiano não quis implementar essa lei. **No entanto, novos movimentos em oposição às indústrias extrativas e ao domínio do Estado sobre as florestas, começaram a se mobilizar cada vez mais em torno da implementação da FRA, retomando legados e fios condutores mais antigos**.

Nas últimas duas décadas, **fortes movimentos tribais e camponeses contra a mineração irromperam em muitas áreas florestais da Índia**. Em Niyamgiri, no estado de Odisha, a comunidade florestal de Dongria Kondh conseguiu se mobilizar contra um projeto de mineração de bauxita proposto pelo famigerado grupo Vedanta. Em Mahan, estado de Madhya Pradesh, as comunidades florestais conseguiram parar um grande projeto de mina de carvão de propriedade conjunta das empresas Essar e Hindalco. As comunidades florestais, incluindo os indígenas Madia Gonds, no distrito de Gadchiroli, em Maharashtra, há muito se opõem a várias minas de ferro propostas em florestas densas. Na vizinha área de Korchi, a resistência das comunidades conseguiu a retirada de um projeto de mineração de ferro. E também nos distritos de Sarguja e Raigarh, em Chhattisgarh, as comunidades se mobilizaram contra a mineração de carvão. (9)

No movimento *Pathalgadi* (erguer pedras) que tomou de assalto o coração tribal da Índia em 2017-2018, *Gram Sabhas* (assembleias comunitárias) em Jharkhand, Chhattisgarh, Odisha, Madhya Pradesh e Telengana, **ergueram placas de pedra para marcar seus territórios e proclamaram autonomia em todas as questões de governança**, de acordo com as disposições da Constituição indiana e de leis como a FRA. (10) Não é coincidência que o *Pathalgadi* tenha acontecido onde está localizada a maioria das reservas de carvão da Índia.

### ***O dinheiro da mineração vai expulsar as pessoas das chamadas “áreas protegidas”***

O governo indiano inclui esses desvios desenfreados no uso de florestas entre os fatores de desmatamento “organizados” e “administrados” e, aparentemente, não os lista em seu inventário de emissões de gases do efeito estufa. No entanto, **coleta enormes somas de dinheiro das empresas que usam terras florestais, como as mineradoras, de acordo com seu controverso protocolo de Florestamento Compensatório**. Supõe-se que esse dinheiro seria usado para fazer plantações e “ganhar valor” a partir de serviços ecossistêmicos. (11) Após a promulgação da Lei de Florestamento Compensatório em 2016 (Lei CAF), os fundos acumulados (mais conhecidos como fundos CAMPA) chegariam com mais facilidade aos departamentos florestais estaduais e, como entendem os grupos em luta, **seriam cada vez mais usados para fragilizar o controle das comunidades sobre as florestas**.

A mineração prejudica e destrói florestas e comunidades florestais de várias maneiras. Na Índia, uma dessas maneiras também é estabelecida através do Fundo CAMPA. **Na verdade, o Estado indiano está usando o dinheiro desse Fundo para assediar, perseguir e acabar expulsando pessoas das chamadas Áreas Protegidas, como Reservas de Tigres, Parques Nacionais e Santuários da Vida Selvagem. Em muitas áreas, a mineração e a conservação da vida selvagem são literalmente concomitantes**. Um exemplo é a Reserva de Tigres Tadoba-Andheri (TATR), em Maharashtra. Um relatório de 2010 da Autoridade Nacional para a Conservação de Tigres (NTCA) e do Instituto de Vida Selvagem da Índia mostra a TATR e as áreas florestais adjacentes à cidade de Chandrapur como um dos cinco corredores que dão suporte às “metapopulações” de tigres. Esse documento e outro, publicado um pouco mais tarde pelo Greenpeace Índia, apontaram que a rápida mudança nos usos da terra na forma de mineração, estradas, ferrovias, usinas, represas e outras infraestruturas industriais estava ameaçando esse corredor. (12) A TATR poderia funcionar como uma fonte a partir da qual florestas periféricas também poderiam ser populadas com tigres, mas, desde 2000, a mineração de carvão já destruiu mais de 2.500 hectares de florestas no distrito de Chandrapur, excluindo as terras desviadas para a

infraestrutura relacionada à atividade, bem como a poluição do ar e da água em grande escala.

**Não preocupadas com os evidentes impactos da mineração em uma área florestal legalmente designada como “de tigres”, as autoridades da TATR decidiram “realocar”, fora da reserva, seis aldeias onde vivem mais de 1.000 famílias.** Em 2007, os habitantes e algumas famílias tribais de um local próximo já haviam sido realocados à colônia de Bhagwanpur, perto de Ajaypur, na área florestas de Chichpalli. E em 2012, outra realocação ocorreu perto da vila de Khadsangi, perto de Chimur. No entanto, como a área de realocação não possuía terras agrícolas, o departamento solicitou aos moradores que usassem “terras vagas” na área florestal de Chimur.

**A realocação de aldeias continua gerando conflitos porque o departamento florestal segue pressionando os moradores das aldeias a ir embora, enquanto concede licenças de operação a grandes mineradoras.** As pressões assumiram muitas formas: restrição ao direito consuetudinário dos moradores às florestas (proibição de pastoreio, pesca, coleta de lenha), bloqueio do acesso de mecanismos de assistência social de rotina às aldeias, ameaças de ação judicial e, finalmente, assédio por parte de funcionários florestais e polícia. **O departamento, auxiliado por várias ONGs que trabalham com vida selvagem, está se esforçando para despejar as aldeias que ainda se recusam a ser realocadas.** Por exemplo, foram movidas ações penais contra vários moradores de Kolsa e, para aumentar a inconveniência, o departamento florestal está **impedindo qualquer acesso das pessoas às florestas e restringindo o uso de estradas próximas** às aldeias. A *Gram Sabha* de Kolsa apresentou suas reivindicações no âmbito da FRA, mas elas estão sendo ignoradas.

No entanto, a realocação de aldeias é uma proposta cara, pois implica pagar 10 rúpias laque (cerca de 14 mil dólares) a cada família (ou terrenos para reabilitação com casas e infraestrutura, segundo as diretrizes emitidas pela NTCA em 2008). O departamento florestal de Maharashtra e a NTCA, que financia programas de realocação em reservas de tigres, enfrentam agora uma grave escassez de verbas. Assim, **a Autoridade Nacional de Conservação de Tigres procurou liberar mais fundos CAMPA para facilitar a realocação e outras “prioridades”** de conservação. Em 2013, o Ministério das Florestas e do Meio Ambiente aprovou uma proposta da NTCA para liberar 1000 rúpias crore (cerca de 140 milhões de dólares) do fundo nacional CAMPA, apesar dos protestos de representantes da sociedade civil e das objeções gerais levantadas pelo Ministério de Assuntos Tribais (MoTA). Segundo o Ministério, o processo de realocação das aldeias viola as disposições da Lei de Direitos Florestais de 2006 e da Lei de Proteção à Vida Selvagem (1972-2006), que tornam obrigatório o consentimento das *Gram Sabhas*.

Contudo, os fundos CAMPA continuam a ser usados para fins de realocação. Em novembro de 2013, a NTCA lançou 21,64 rúpias crore (cerca de 3,5 milhões de dólares) do fundo CAMPA para que as autoridades da TATR usassem para fins de realocação. Antes disso, o governo do estado de Maharashtra havia liberado outros 15,50 rúpias crore (cerca de 2,2 milhões de dólares) em dinheiro do fundo CAMPA para os mesmos fins. Isso foi anunciado por Virendra Tiwari, conservador-chefe de florestas (CCF) e diretor de campo da TATR. **O governo do estado de Maharashtra mencionou orgulhosamente esses programas de realocação com dinheiro da CAMPA como suas “realizações”.** E, para ter certeza de que o trabalho de realocação (ou seja, o despejo de comunidades florestais) não será interrompido por falta de recursos, o Plano Anual de Operações para o ano fiscal de 2017-

2018, preparado pelo Departamento Florestal de Maharashtra tem 62 rúpias crore (cerca de 8.8 milhões de dólares) em uma rubrica chamada de “reabilitação de aldeias em Áreas Protegidas”, enquanto a provisão de outras 74 rúpias crore (cerca de 10.5 milhões de dólares) foi mantida no Plano Anual 2018-2019.

Após a notificação das regras do Fundo de Florestamento Compensatório, as coisas ficaram mais fáceis para o Departamento Florestal e seus aliados. Os estados receberam dinheiro em grandes quantidades segundo a renda das vendas florestais. **Não surpreende que os estados mineradores de Odisha, Chhattisgarh, Madhya Pradesh, Maharashtra e Jharkhand estivessem entre os maiores beneficiários. Afinal, essa é a recompensa por todo o trabalho árduo feito na abertura das florestas densas à mineração.** Em agosto de 2019, Prakash Javadekar, Ministro do Meio Ambiente, Florestas e Mudanças Climáticas, liberou oficialmente o dinheiro acumulado do Fundo de Florestamento Compensatório aos departamentos florestais dos estados. Uma cifra impressionante de 47.436,18 rúpias crore (aproximadamente 67 bilhões de dólares) foi distribuída entre os estados para fins de florestamento”, o que, na prática, provavelmente significará “realocação” e plantações industriais de monocultura.

*Soumitra Ghosh*

*Fórum de Movimentos da Floresta da toda Índia (All India Forum of Forest Movements - AIFFM)*

- (1) E-Green Watch, FCA Projects, Diverted Land, CA Land Management, [http://egreenwatch.nic.in/FCAProjects/Public/Rpt\\_State\\_Wise\\_Count\\_FCA\\_projects.aspx](http://egreenwatch.nic.in/FCAProjects/Public/Rpt_State_Wise_Count_FCA_projects.aspx). Já se apontou muitas vezes que os chamados projetos de desenvolvimento estão causando a desapareção forçada das florestas da Índia. Veja Government of India (2009): Report of the Committee of Land Reforms and State Agrarian Relations, [https://dolr.gov.in/sites/default/files/Committee\\_Report.doc](https://dolr.gov.in/sites/default/files/Committee_Report.doc)
- (2) Segundo informações apresentadas no Parlamento, Telangana estava no topo da lista com 5.137,38 hectares, seguido de Madhya Pradesh, com 4.093,38, e Odisha, com 3.386,67 hectares. Veja <https://scroll.in/article/908209/in-three-years-centre-has-diverted-forest-land-the-size-of-kolkata-for-development-projects>
- (3) Ranjan, R. (2019): *Assessing the impact of mining on deforestation in India*, Resources Policy 60 (2019) 23-35, <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S030142071830401X>
- (4) Veja: Hindustan Times, Adani closer to mining in green zone in Chhattisgarh, fevereiro de 2019, <https://www.hindustantimes.com/india-news/adani-closer-to-mining-in-green-zone-in-chhattisgarh/story-uVIKz0aK8Lk8NH7C09x4bl.html>, e também, Down to Earth, Central panel opens up forest for Adani mine despite Chhattisgarh’s reservations, fevereiro de 2019, <https://www.downtoearth.org.in/news/mining/central-panel-opens-up-forest-for-adani-mine-despite-chhattisgarh-s-reservation-63221>
- (5) Government of India (2009): *Report of the Committee of Land Reforms and State Agrarian Relations (CLSR)*, [https://dolr.gov.in/sites/default/files/Committee\\_Report.doc](https://dolr.gov.in/sites/default/files/Committee_Report.doc)
- (6) Veja Chaturbedi, S. (2019): *Allocating forest land in Chhattisgarh for coal mining is cause for alarm; deforestation has risen significantly in recent decades*, <https://www.firstpost.com/india/allocating-forest-land-in-chhattisgarh-for-coal-mining-is-cause-for-alarm-deforestation-has-risen-significantly-in-recent-decades-6367581.html>. Kaushalendra Singh, chefe de gestão da vida selvagem e conservação da biodiversidade, destacou que já existem duas minas de carvão em operação na área, além de uma linha ferroviária de 75 km de extensão para o transporte de carvão, todas as quais prejudicam os corredores de elefantes. O secretário-chefe adjunto (para florestas) do governo do estado também sugeriu que seria necessária uma inspeção mais detalhada do local antes de se tomar uma decisão de alterar o uso da área florestal. No entanto, as atas da reunião do Comitê Consultivo Florestal de 15 de janeiro de 2019 deixaram claro como o Comitê decidiu contra isso, observando que “não se espera ter qualquer informação adicional por meio de mais uma inspeção no local”. Veja Government of India (2019): Minutes of the Meeting of Forest Advisory Committee Held on 15<sup>th</sup> January, 2019 /Agenda No. 2/F. No.8-36/2018-FC, [http://forestsclearance.nic.in/writereaddata/FAC\\_Minutes/111211217121911\\_20190121192001153.PDF](http://forestsclearance.nic.in/writereaddata/FAC_Minutes/111211217121911_20190121192001153.PDF)

(7) Veja artigo do Greenpeace de 2014:

<https://www.greenpeace.org/india/en/issues/environment/2547/mahan-gram-sabha-to-be-held-behind-a-curtain-as-police-seize-signal-booster-solar-panels-and-other-communication-equipment>. Em março de 2015, o Ministério do Meio Ambiente recusou a licença ao Projeto Mahan. Posteriormente, o ministério do carvão anunciou que o bloco de Mahan não iria a leilão. Veja <https://www.bbc.com/news/world-asia-india-32443739>

(8) Sethi, 2016; Kohli, 2016

(9) Somente em Korchi, foram propostos 12 arrendamentos para mineração, com impactos sobre 1032,66 hectares. Veja Neema Pathak Broome, N. P., Bajpai S. e Shende. M. (2016): *Reimagining Wellbeing: Villages in Korchi taluka, India, Resisting Mining and Opening Spaces for Self-Governance*: <https://wrm.org.uy/articles-from-the-wrm-bulletin/section1/reimagining-wellbeing-villages-in-korchi-taluka-india-resisting-mining-and-opening-spaces-for-self-governance>. Veja, também, <https://www.downtoearth.org.in/news/mining/experts-panel-red-flags-power-mining-projects-in-western-ghats-37201> e <http://cat.org.in/portfolio/tribals-oppose-cluster-of-4-iron-ore-mines-in-zendepar/>; Veja, também, Sethi, N.: *Five coal blocks in Chhattisgarh might see land conflict*, 15 de janeiro de 2015: [https://www.business-standard.com/article/economy-policy/five-coal-blocks-in-chhattisgarh-might-see-land-conflict-115011500019\\_1.html](https://www.business-standard.com/article/economy-policy/five-coal-blocks-in-chhattisgarh-might-see-land-conflict-115011500019_1.html) e entrevistas com ativistas do All India Forum of Forest Movements (AIFFM).

(10) Singh, A. (2019): *Many Faces of the Pathalgadi Movement in Jharkhand* in *Economic and Political Weekly*: 54(11) 16 de março de 2019

(11) Ghosh, S. (2016): *Selling Nature: Narratives of Coercion, Resistance and Ecology*, in Kohli, K., e Menon, M. (orgs.): *Business Interests and Environmental Crisis*, Sage, Delhi

(12) Jhala, Y. V., Qureshi, Gopal, R., e Sinha, P. R. (orgs.) *Status of Tigers, Co-predators and Prey in India*, 2010. National Tiger Conservation Authority (NTCA), Govt. of India, and Wildlife Institute of India, Dehra Dun; e Greenpeace India Society, *'Undermining Tadoba's Tigers: How Chandrapur's tiger habitat is being destroyed by coal mining'*, a fact-finding report, 2011.

## Contestando um Pacífico “Azul”: oceanos e territórios costeiros sob cerco



Foto: Pacific Network on Globalisation (PANG)

Potências globais, incluindo governos e grandes transnacionais apoiadas por instituições financeiras multilaterais, juntamente com Nações Insulares do Pacífico, estão correndo para dividir o oceano, sob as narrativas sustentáveis do que chamam de Economia Azul e Crescimento Azul, a fim de justificar sua exploração. Cada vez mais, os avanços tecnológicos tornam viável a exploração outrora impossível das profundezas do oceano. Isso permitirá que as empresas **saqueiem recursos oceânicos, supostamente para garantir a segurança alimentar** (com pesca industrial, fazendas de criação de camarão etc.) e **obtenham minerais necessários para o desenvolvimento das chamadas**

**tecnologia “verde” e energia renovável** para economias globais do Norte e economias emergentes poderosas no sul, como a China.

Cobrindo aproximadamente 59 milhões de milhas quadradas (mais de 15 bilhões de hectares) e contendo mais da metade da água livre da Terra, o Pacífico é de longe a maior das bacias oceânicas do mundo e abriga os países Insulares do Pacífico e seus povos. (1) Para os povos indígenas das ilhas do Pacífico, o oceano inclui tanto terras costeiras quanto o oceano profundo. Para o povo do Pacífico, que tem uma relação espiritual com ele, industrializá-lo significa reformular, mais uma vez, o modo como o Oceano foi definido, passando da visão de seus antigos governantes coloniais (vasto, distante, inacessível, subdesenvolvido e subexplorado) ao de empresas transnacionais e instituições financeiras multilaterais. É preciso resistir a ambas as definições.

**Os territórios oceânicos têm sido um pilar de comércio e atividades econômicas, e uma importante fonte de alimento, energia e meios de subsistência há séculos.** (2) A ONU estima o valor econômico dos “recursos” costeiros e marinhos em 3 trilhões de dólares. (3) A OCDE sugere que a economia oceânica, que inclui pesca industrial e costeira, aquicultura, turismo e energia renovável, bem como novas áreas, incluindo mineração em alto mar e recursos genéticos, provavelmente venha a ultrapassar a economia global nos próximos 15 anos.

Além da avaliação econômica, os oceanos fornecem 50% de oxigênio atmosférico e absorvem 25% das emissões de CO<sub>2</sub>, e isso garante um planeta habitável. (4) **Oceanos e litorais abrigam uma biodiversidade extraordinária e ecossistemas únicos.** Recifes de coral e manguezais costeiros aliviam os impactos das tempestades e protegem as praias. As florestas costeiras fornecem habitats, alimentos e meios de subsistência a muitas comunidades nas ilhas do Pacífico.

Pelo menos 40% de nossos oceanos, no entanto, já estão **muito poluídos e dão sinais de que sua saúde não vai bem.** (5) Nas últimas décadas, à medida que o conhecimento científico aumenta, também vêm crescendo as preocupações sobre como gerenciar e conservar as áreas fora da jurisdição nacional. Os cientistas admitem que pouco conhecem as partes mais profundas do oceano, e que sabemos mais sobre as superfícies da lua, de Vênus e de Marte.

O conceito de **Economia Azul**, que surgiu da ideia mais ampla de crescimento verde, anuncia uma nova corrida para escavar o Pacífico, transformando-o em um espaço lotado e perturbado. Os líderes dos países do Pacífico são cortejados com ganhos econômicos que representam uma pequena fração do valor dos recursos oceânicos a ser extraído. Alguns governos das Ilhas do Pacífico, sem o consentimento de seus povos, já **concederam licenças comerciais e de exploração sobre partes significativas de seus territórios para a mineração experimental no fundo do mar.** (6) Essas explorações representam sérias ameaças ao oceano e aos territórios costeiros.

A percepção predominante, expressada por muitos pensadores e autores do Pacífico (7), é de que o fato de os Países Insulares do Pacífico terem superfícies pequenas os torna eternamente vulneráveis, carentes de poder e, portanto, dependentes das antigas potências coloniais, dos países industrializados ou qualquer outro com recursos técnicos, e de parceiros de desenvolvimento novos e emergentes, para sua sobrevivência de longo prazo.

(8) No entanto, essa percepção enganosa não deve permitir que nossos territórios oceânicos sejam entregues, destruídos ou cedidos a interesses externos.

### ***Um alerta sobre minerais do fundo do mar e as “riquezas inexploradas” do oceano***

O esgotamento de minerais terrestres, com impactos devastadores associados a florestas e comunidades, juntamente com uma **maior demanda por tecnologia (9) e infraestrutura “verdes”**, deve fazer do oceano a próxima fronteira para a exploração de minerais como cobre, lítio, cobalto e nódulos de manganês, além de minerais raramente encontrados em minas terrestres. A exploração de minerais entre 400 e 6.000 metros abaixo do nível do mar deve ocorrer no Oceano Pacífico, no Oceano Índico e na Zona Clarion Clipperton. No total, a área coberta por licenças de exploração de minerais no fundo do mar é impressionante: mais de 1,3 milhão de quilômetros quadrados (cerca de 130 milhões de hectares).

No Pacífico, **a mineração em alto mar é vista como um empreendimento iminente**, e países como Ilhas Cook, Kiribati, Nauru, Papua-Nova Guiné e Tonga são considerados pioneiros. Apesar da natureza experimental da indústria, **a exploração já começou** nas águas territoriais desses países. **Em 2012, Papua Nova-Guiné emitiu a primeira licença comercial do mundo**, que deveria começar a ser explorada em 2019. No entanto, devido à falta de interesse dos investidores no projeto Nautilus Mineral Solwara, naquele país, em função dos enormes riscos e custos associados, a mineradora foi forçada a encerrar suas operações depois de ser excluída da Bolsa de Toronto.

A elaboração de um **modelo de legislação para os países insulares patrocinado pela Comissão Europeia** sinalizou a “prontidão” do Pacífico. (10) Previsivelmente, uma análise desse modelo jurídico constatou que ele se concentrava mais **em garantir um regime de licenciamento claro e condições favoráveis à indústria** do que a defesa dos povos do Pacífico e seus ambientes (11).

Há muito tempo, a indústria afirma que nada vive no fundo do oceano, mas isso é falso. Essa afirmação de que a mineração em alto mar tem baixos riscos sociais e ambientais e garante um alto retorno ignora várias realidades pertinentes. Por exemplo, **com base em evidências científicas, estamos começando a conhecer os impactos que a mineração terá no fundo do mar e em suas águas profundas, enquanto os impactos iniciais já são sentidos por territórios costeiros e povoados a menos de 30 km de alguns desses locais**. Além disso, vários estudos concluíram que o valor econômico dos minerais é de natureza altamente especulativa devido às flutuações de preços.

Há evidências crescentes de que a mineração em alto mar representa uma grave **ameaça ao equilíbrio vital das diferentes funções do planeta**. A maioria dos estudos também descobriu que haverá pouca ou nenhuma recuperação da biodiversidade após o esgotamento das reservas minerais. Mais preocupante é que, considerando-se essas operações em escala industrial (em termos de tamanho, intensidade e duração), **os resultados seriam devastadores** e seus efeitos cobririam grandes áreas no fundo do oceano e além.

No Pacífico, **as comunidades costeiras de Nova Irlanda e Nova Bretanha Oriental, em Papua-Nova Guiné, já estão sofrendo os impactos negativos** da mineração e da perfuração exploratórias que ocorrem a distâncias entre 30 e 50 quilômetros de suas comunidades. Os moradores relataram um aumento na chegada de peixes mortos à praia,

incluindo um número de criaturas do fundo do mar que são quentes ao toque, além de águas excessivamente poeirentas e escuras.

### ***O papel da resistência dos povos do Pacífico***

Em seu artigo *Nosso mar de ilhas*, o professor Epeli Hauófa, filósofo da região do Pacífico, afirmou que ninguém é melhor neste planeta para ser guardiões do oceano do mundo do que as pessoas que o chamam de lar: *“O nosso papel como guardiões na proteção e no desenvolvimento do nosso oceano não é, de forma alguma, uma tarefa pequena; é nada menos que uma grande contribuição para o bem-estar da humanidade, uma causa nobre e que vale a pena”*.

A ironia não pode ser ignorada. Nesta era da mudança climática, o **Povo do Pacífico**, cuja contribuição para causá-la foi mínima e é reconhecido por já suportar uma parcela desproporcional dos efeitos, **agora também enfrenta outro ataque de significado equivalente, se não maior**.

É preciso resistir à mineração em alto mar. **Em 2011, um coletivo**, incluindo grupos feministas e comunitários, organizações não governamentais regionais e igrejas (12), **organizou pesquisas e análises** para entender melhor as implicações da exploração de minerais no fundo do mar para os povos do Pacífico e o oceano.

Em 2012, **foram coletadas 8.000 assinaturas** para alertar os Líderes do Fórum das Ilhas do Pacífico sobre a mineração em alto mar, enquanto, em 2014, a igreja luterana emitiu um **abaixo-assinado representando mais de um milhão de seus membros, endereçado ao Governo de Papua-Nova Guiné**, com relação às preocupações crescentes sobre os impactos dessa indústria.

Em Vanuatu, o coletivo, trabalhando em estreita colaboração com o Conselho de Igrejas de Vanuatu e o Vanuatu Kaljoral Senta (Centro Cultural), convenceu o governo a interromper a emissão de novas licenças depois da divulgação de que mais de 140 haviam sido emitidas sem conhecimento prévio do parlamento e muito menos dos guardiões do oceano. Globalmente, ativistas de Papua-Nova Guiné e Fiji fizeram um apelo no Brasil, na Cúpula Rio+20, em 2012, e na Europa, em 2014, para angariar apoio à proibição da mineração no leito do mar. Foram necessários três anos de esforços no sentido da articulação e da pressão com parceiros europeus antes que **o Parlamento Europeu apoiasse uma moratória à mineração em alto mar, em 2017. Ao mesmo tempo, a república de Palau proibiu atividades comerciais, incluindo pesca e mineração**.

Além disso, na recente reunião dos Líderes do Fórum das Ilhas do Pacífico, **o governo de Fiji anunciou uma moratória de 10 anos nas atividades de mineração em alto mar**. A medida foi apoiada pelos governos de Papua Nova Guiné e Vanuatu. Da mesma forma, **o governo da Nova Zelândia rejeitou os pedidos de mineração em alto mar** em suas águas territoriais, enquanto os governos do **Território do Norte, na Austrália, e do Chile** proíbem a mineração no fundo do mar.

Grande parte da mudança rumo a uma abordagem mais cautelosa foi **resultado da resistência das comunidades locais, apoiada por um leque amplo e diverso de atores**, incluindo cientistas, acadêmicos e organizações da sociedade civil relacionados ao tema.

*A Rede do Pacífico sobre Globalização (The Pacific Network on Globalisation - PANG), [www.pang.org.fj](http://www.pang.org.fj)*

*Observatório regional que promove o direito dos povos do Pacífico à autodeterminação. A rede PANG mobiliza movimentos e ativistas com base em pesquisas e análises substanciais para promover uma agenda de desenvolvimento dos povos do Pacífico.*

(1) Existem 26 países insulares no Pacífico, dos quais 16 são Estados soberanos, enquanto 8 ainda são territórios, incluindo territórios coloniais, em disputa, da França (Nova Caledônia, Polinésia Francesa, Wallis e Ilhas Futuna), da Indonésia (a disputada Papua Ocidental) e dos Estados Unidos (Guam, Havaí, CNMI, Samoa Americana). No total, esses países representam uma população de quase 20 milhões de pessoas.

(2) O oceano é a principal fonte de proteína para mais de 3 bilhões de pessoas. [\(www.un.org/sustainabledevelopment/oceans/\)](http://www.un.org/sustainabledevelopment/oceans/).

(3) Veja [https://ec.europa.eu/maritimeaffairs/policy/blue\\_growth\\_en](https://ec.europa.eu/maritimeaffairs/policy/blue_growth_en)

(4) Veja <http://enb.iisd.org/oceans/climate-platform/html/enbplus186num14e.html>

(5) Veja [www.undp.org/content/undp/en/home/sustainable-development-goals/goal-14-life-below-water.html](http://www.undp.org/content/undp/en/home/sustainable-development-goals/goal-14-life-below-water.html)

(6) Quase todos os Países Insulares do Pacífico, com exceção de Samoa e Palau, concederam licenças de exploração a empresas transnacionais, enquanto Papua-Nova Guiné é o primeiro país do mundo a dar uma licença comercial.

(7) Epeli Hauófa, Our Sea of Islands, em *A New Oceania: Rediscovering Our Sea of Islands*, (org.) Eric Waddell, Vijay Naidu e Epeli Hauófa (1993), 2-17.

(8) <http://fijisun.com.fj/2018/09/12/opinion-china-the-pacific-islands-and-the-wests-double-standards/>

(9) A Copper Alliance afirma que cada telefone celular precisa de 0,02 kg de cobre; no caso do cobalto, estima-se que a Volkswagen precisará de pelo menos um terço de todo o suprimento global atual até 2025 para seus carros eficientes em energia; os geólogos sugerem que, se todos os carros europeus forem elétricos até 2040 (usando o Modelo 3 da Tesla), eles exigiriam 28 vezes mais cobalto do que o produzido atualmente.

[https://www.bbc.co.uk/news/resources/idt-sh/deep\\_sea\\_mining](https://www.bbc.co.uk/news/resources/idt-sh/deep_sea_mining)

(10) O Projeto SPC-UE para Minerais de Mar Profundo inclui 15 Países Insulares do Pacífico: Ilhas Cook, Estados Federados da Micronésia, Fiji, Kiribati, Ilhas Marshall, Nauru, Niue, Palau, Papua-Nova Guiné, Samoa, Ilhas Salomão, Timor Leste, Tonga, Tuvalu e Vanuatu. Veja o projeto SPC-EU DSM Minerals Deep Sea, Secretariado da Comunidade do Pacífico, <http://gsd.spc.int/dsm>

(11) Blue Ocean Law (2016): An Assessment of the SPC Regional Legislative and Regulatory Framework for Deep Sea Minerals Exploration and Exploitation. Guam.

<http://blueoceanlaw.com/publications>

(12) Em 2012, Act Now! PNG; Bismarck Ramu Group (BRG); DAWN (Southern Feminist Group); Pacific Conference of Churches e Pacific Network on Globalisation começaram a se organizar e agir com relação ao problema. Veja atualizações sobre o papel da resistência dos Povos do Pacífico: [www.pang.org.fj](http://www.pang.org.fj)

## Petróleo, florestas e mudanças climáticas



Parque Nacional Yasuní, Equador

A centralidade do petróleo é indispensável no momento de analisar as mudanças climáticas e até mesmo a crise civilizacional (1). **O petróleo explica não apenas as mudanças climáticas, mas também os intercâmbios desiguais, a globalização e os novos cenários de colonização.** Ele explica o metabolismo da produção e do mercado, típico da globalização.

Apesar das negativas da indústria e dos governos, agora se sabe com certeza que **a queima de combustíveis fósseis causa distúrbios climáticos** que estão inseridos nas mudanças climáticas globais. Essa certeza vem se desenvolvendo desde 1992, quando o clima e a biodiversidade foram incluídos nas agendas internacionais como os grandes problemas do meio ambiente. Relatórios científicos, evidências levantadas em todo o mundo e uma ampla conscientização da sociedade colocam o petróleo no centro das causas das mudanças climáticas, não apenas pelo acúmulo de CO<sub>2</sub> na atmosfera, resultante da queima de combustíveis fósseis, mas também pelos impactos **dos modelos da agricultura industrial e do transporte de mercadorias, que dependem inteiramente do petróleo.**

Mas também há outra certeza. Todas as fases das atividades petrolíferas provocam impactos locais que afetam as sociedades, seus territórios e a natureza. Exploração, perfuração, extração, transporte e até refino e consumo causam **devastação ambiental, violência e empobrecimento local.** Em todas as fases, há **desmatamento e fragmentação de ecossistemas, contaminação dos corpos d'água, chuvas ácidas** resultantes da queima do gás associado de petróleo, ruído e poluição insuportáveis – fatos que se estendem às redes naturais de circulação de água e vento.

A atividade petrolífera tem essa **dupla dimensão**: ser a causa das mudanças climáticas (global) e causar devastação ambiental (local).

No entanto, apesar dos alertas, que são locais e globais, as fronteiras petrolíferas da exploração se multiplicaram e **as economias permanecem profundamente petrolizadas.**

Em escala mundial, o chamado pico do petróleo, ou o esgotamento dos óleos “baratos”, em vez de gerar as transições necessárias, desencadeou uma corrida pelo **controle do petróleo**, não importa onde ele esteja nem qual o seu custo social e ambiental.

As fronteiras do petróleo se estenderam a quase todos os cantos do planeta, zonas frágeis, inclusive áreas supostamente “protegidas”, territórios de povos indígenas, ecossistemas ameaçados de extinção, mares profundos. O petróleo continua sendo um **fator essencial para a expansão e a globalização do capitalismo – mesmo sob seu disfarce de capitalismo verde – e agora velhas e novas hegemonias competem pelo acesso.**

### ***Um olhar a partir dos territórios***

Sem dúvida, existe uma crise socioecológica global cujas respostas e repertórios são globais. Desde 1996, a rede Oilwatch (2) propõe a **moratória da exploração do petróleo** como uma medida para enfrentar as mudanças climáticas. Essa proposta permitiu, ao mesmo tempo, dar visibilidade ao consumo de petróleo como principal causador das mudanças climáticas e aos impactos locais de seus processos de prospecção e extração.

Embora haja cada vez mais registros e relatos das catástrofes climáticas, agora com base em sofisticados dispositivos tecnológicos, os governos muito pouco fizeram para conter as fronteiras do petróleo. Na verdade, se alguns resultados foram alcançados, foi apenas por causa da pressão e da resistência das comunidades.

A nova ciência atmosférica, que nos permite observar em tempo real os incêndios na Amazônia, o comportamento dos ventos, as correntes oceânicas e as ondas de calor e frio, contribuiu para naturalizar os problemas e cultivar a ideia de “catástrofe inevitável”. Esta, por sua vez, seria resolvida no futuro com medidas militares, invenções da geoengenharia, ou novos negócios como pagamento por serviços ambientais.

Mas se olharmos a partir do local, dos territórios, podemos entender as razões de tanta resistência, em todo o mundo, contra projetos de extração de petróleo.

As florestas tropicais, por exemplo. Quando uma floresta recebe intervenção, já foi documentado que acontecem mudanças no microclima até 100 metros além do limite das operações e, se as borboletas forem levadas em consideração, o efeito fica a 300 metros da borda; isso é chamado de “**efeitos de borda**”. O efeito da pesada **poluição sobre a água, o solo e o ar** também foi documentado, pois há uma continuidade entre floresta, água e ar. As florestas tropicais se caracterizam por possuir um complexo sistema de reciclagem de água; na verdade, elas são **reservas de água doce**. As extrações de petróleo também envolvem a criação de **estradas e rodovias** por onde passam caminhões pesados, além de **oleodutos, campos de trabalhadores**, etc. Toda essa infraestrutura também é protegida por militares ou pessoal de segurança, o que aumenta a **violência** gerada nas comunidades, **principalmente para mulheres e meninas**.

A vida na floresta é cheia de relacionamentos e sensações. Relações de interdependência e cooperação que permitem que os povos vivam e a natureza se reproduza. Sinais olfativos, vibrações, atração de polinizadores pela forma ou a cor das flores, são adaptações que fazem da floresta um cenário de profundo erotismo. **Não é apenas alimento e saúde, é a vida em seu sentido mais amplo e existencial.**

Cada rio poluído, cada poço perfurado, cada estrada que atravessa territórios não para se comunicar, mas para extrair mercadorias, cada enclave com infraestrutura de petróleo, tem uma resposta de rejeição ou pelo menos um repúdio em nível local.

A sensibilidade à destruição da natureza aumentou em todo o mundo, e não foi pelas mensagens televisionadas da catástrofe global, pelo menos não só por isso. Os locais estão se rebelando e dando novos sentidos ao global e aos globais.

### ***O Equador extrativista em crise***

Desde a descoberta das primeiras jazidas de petróleo no Equador, os governos da época aplicaram políticas e medidas para favorecer a indústria, mesmo em detrimento de sua soberania alimentar e energética.

As companhias de petróleo e os governos, com quem se estabelecem modelos diferentes de pressão e controle, construíram um imaginário de um país petrolífero e armaram **modelos institucionais e recursos administrativos para favorecer indústria do petróleo**: contratos sempre benéficos para a indústria; dezenas de subsídios de diferentes tipos; estradas e promoção da cultura automobilística; acordos e políticas constantes para manter e aumentar a atividade petrolífera como eixo da economia; desregulamentação das normas ambientais, com um amplo dispositivo para evadir responsabilidades sociais e ambientais.

Após 50 anos de extração, principalmente na Amazônia, descobrimos que **as novas jazidas estão em áreas de difícil acesso e alto risco, como o Parque Nacional Yasuní**. Mas, além disso, o que resta é óleo cru pesado, que requer muita energia (demandando megainfraestrutura para a produção dessa energia) e investimentos complexos, tais como estradas, oleodutos, estações de aquecimento do óleo, refinarias para esse tipo de petróleo, entre outros. Apesar disso, mantém-se o objetivo de continuar com a extração de óleo.

A herança do petróleo, em termos de seus impactos ambientais, sociais e econômicos devastadores, principalmente com as evidências levantadas no **juízo contra as atividades da Chevron Texaco no Equador**, (3) construiu uma massa crítica a essas operações. A isso se somou **a campanha pela defesa do Yasuní** (4) – reconhecida como a área de maior biodiversidade do planeta, o que permitiu colocar no outro lado da balança a natureza e os povos sacrificados pela indústria do petróleo. Além disso, o balanço dos últimos 10 anos revelou a forma como a atividade petrolífera ocultava **uma rede de casos de corrupção** que levavam a uma grave crise econômica e institucional no país.

O petróleo perdeu credibilidade como agente gerador de emprego, renda ou de possibilidades de sair da pobreza. Esse é o pano de fundo das recentes mobilizações no Equador.

Em outubro de 2019, **o governo do país decidiu eliminar os subsídios aos combustíveis. As vantagens – e os subsídios – da indústria do petróleo não foram tocados**. Ao contrário, a eliminação dos subsídios aos combustíveis vinha com um **conjunto de medidas adicionais para aumentar a extração de petróleo**: regras para desregulamentar os controles ambientais, compromissos com o pagamento de indenizações por conflitos ou disputas que prejudiquem a atividades das petroleiras e medidas econômicas para manter a centralidade do petróleo nas atividades econômicas e de produção. Pretendia-se argumentar que a medida estava em sintonia com as demandas ambientais globais.

**As mobilizações vêm sendo lideradas por povos indígenas**, que historicamente protagonizaram lutas contra a indústria extrativa no país. Esses povos agora denunciavam que a medida era um ataque às economias empobrecidas do campo e da cidade. As mobilizações forçaram o governo não apenas a **suspender a medida**, mas também a se sentar à mesa para discutir uma agenda econômica para o país.

O **Parlamento dos Povos**, convocado pelas organizações indígenas, apresentou sua proposta: uma série de medidas de ajuste e impostos para as empresas e setores mais ricos do país, mas também uma virada nas políticas nacionais que reconhecem a plurinacionalidade, o bem viver e os direitos da natureza. (5)

Eles propõem parar a fronteira extrativa da mineração e do petróleo e não tocar os subsídios aos consumidores enquanto não forem resolvidas as questões relacionadas à soberania alimentar e energética, que foram torpedeadas pelo modelo petrolífero que está na base da economia equatoriana.

*Esperanza Martínez,  
Acción Ecológica, Equador, membro da rede Oilwatch*

(1) Existe um consenso de que a atual crise não é apenas econômica, ambiental, energética, mas também um colapso *civilizatório* integral, que revela o esgotamento de um modelo de organização econômica, produtiva e social, com suas respectivas expressões em todas as esferas da vida.

(2) A Oilwatch é uma rede do sul, que promove resistência às atividades petrolíferas nos trópicos. Atualmente, tem sua coordenação internacional na Nigéria.

(3) Mais informações em: [www.texacotoxico.net](http://www.texacotoxico.net)

(4) Mais informações em: [www.yasunidos.org](http://www.yasunidos.org)

(5) CONAIE “Entrega de propuesta alternativa al modelo económico social”,  
<https://conaie.org/2019/10/31/propuesta-para-un-nuevo-modelo-economico-y-social/>

## A União Europeia continua correndo atrás das matérias-primas



Desde o seu lançamento, em 2008, a **Estratégia Europeia de Matérias-primas** não fez mais do que fortalecer e cumprir todos os passos previstos: em termos gerais, **políticas para um acesso melhor e o mais direto possível às matérias-primas do Sul global** e promoção da **mineração dentro das fronteiras da própria Europa**.

Paradoxalmente, a preocupação com as mudanças climáticas e a necessidade de reduzir a dependência em relação aos combustíveis fósseis – petróleo, carvão e gás – desencadearam uma corrida mais acirrada por matérias-primas não energéticas. As

tecnologias em expansão exigem uma quantidade e uma variedade cada vez maiores de metais e minerais, mas não se pode ignorar que a extração, o processamento, o transporte e o posterior processamento desses materiais demandam muito combustível fóssil. **Com as “energias renováveis”, aponta-se para uma suposta descarbonização e, com a digitalização, fala-se de inovação. Mas sem metais e energia, nenhum desses processos destinados a tornar a Europa “competitiva” pode se transformar em realidade.** A chamada descarbonização lançada em alguns setores da economia não visa a redução significativa do consumo de energia, e sim o incremento gradual da porcentagem de uso de fontes de energia “mais limpas”, o que aumenta o impacto global sobre clima, comunidades e territórios locais.

### ***Economias que se esforçam para continuar crescendo: digitalização e transição energética***

O enfrentamento à transição energética e à digitalização nas próximas décadas pode **dobrar ou triplicar a demanda por metais e minerais**, pois esses processos estão impulsionando um mercado incomensurável de matérias-primas. Elas são necessárias para construir todos os tipos de infraestrutura, para fabricar veículos elétricos, baterias, etc. Os recursos minerais se tornaram a chave para uma economia baseada no crescimento e que, a partir daí, elabora um discurso complexo para se justificar e se maquiar de verde. Na União Europeia, isso acontece por meio de políticas, discursos e incentivos econômicos.

Para fabricar um **telefone celular, um computador ou uma tela de televisão**, são necessárias entre 40 e 60 matérias-primas diferentes, como lítio (42 g), além de tântalo, cobalto ou antimônio, cada vez mais difíceis de obter. Para fabricar um **veículo elétrico**, usam-se grandes quantidades de cobre (80 kg), cobalto (10 kg), lítio (entre 10 e 20 kg), níquel (30 kg) e grafite (30 kg).

Segundo a CODELCO, mineradora estatal chilena e uma das maiores produtoras de cobre do mundo, um único moinho ou turbina eólica de 1 MW contém 4,4 toneladas de cobre. O consumo desse metal por parte da China, por exemplo, aumentou de 12% para 40% em apenas uma década.

**A Aliança Europeia de Baterias (EBA, na sigla em inglês) foi impulsionada pelo setor automobilístico alemão e criada em 2017 para fazer da Europa uma potência mundial na fabricação e na distribuição global de baterias.** O mercado de baterias “poderia crescer 250 bilhões por ano a partir de 2025”, e por isso é preciso “acelerar e intensificar a articulação entre projetos estratégicos transnacionais em toda a cadeia de fornecimento”. As palavras são de Maros Šefčovič, vice-presidente da Comissão Europeia e responsável pela União Energética da União Europeia.

Toda essa demanda por matérias-primas significa **extração e mais extração** de cobre, cobalto, lítio, níquel e outros metais e minerais, em lugares como as florestas tropicais no Congo, nas Filipinas e na Indonésia ou nos Andes do Chile, da Bolívia e da Argentina.

### ***Reduzir a dependência de economias emergentes e minerais em conflito***

No início deste século, o aumento dos preços das matérias-primas e a apropriação de alguns minerais por economias emergentes, como a China (que retém algumas das matérias-primas que extrai para seu próprio consumo interno), criaram **riscos no**

**suprimento de alguns metais e minerais.** Começou a haver dificuldades para acessá-los e cresceu a preocupação, em alguns países, de que os preços aumentassem muito. A China controla, por exemplo, o acesso a terras raras, necessárias para baterias e catalisadores, entre muitas outras aplicações. Outro exemplo é a Indonésia, que tenta controlar as exportações de níquel.

Outro problema conhecido são os graves conflitos existentes nos lugares onde são extraídas as matérias-primas demandadas pelos principais setores mencionados, que agora são fundamentais. É o caso **da República Democrática do Congo e dos minerais em conflito** ou minerais de sangue. Ou seja, aqueles que são extraídos em meio a guerras cruéis e pelas mãos de máfias, tráfico ilegal, trabalho infantil e outras atrocidades que parecem colocar em segundo plano a destruição e a poluição do meio ambiente. Após campanhas intensas, foi possível promulgar uma legislação tímida na União Europeia, que não entrará em vigor antes de 2021 e visa exigir rastreabilidade nas cadeias de suprimento. Essa legislação é insuficiente, e se limita a regulamentar algumas matérias-primas: ouro, tântalo, estanho e tungstênio, deixando de fora outros minerais igualmente marcados pelo conflito, como o cobalto.

### ***Matérias-primas “críticas” e a responsabilidade da indústria de mineração***

A União Europeia identifica periodicamente materiais que sejam de importância econômica e estratégica para a indústria da Europa e que possam vir a faltar. Uma atenção especial é dada a certas matérias-primas chamadas de “críticas”, que atualmente são 27 e incluem três dos quatro minerais em conflito (cobalto, tântalo e tungstênio), além de terras raras.

Com isso em mente, 100 bilhões de euros da Comissão Europeia estão destinados a projetos especiais que cobrem toda a cadeia de suprimentos, incluindo produção de tecnologia e automóveis. Além disso, estão sendo promovidas atividades de mineração na Europa.

Mas o fato é que **não existe mineração sustentável.** A face oculta de toda essa promoção da “transição energética” é a **devastação social e ambiental que a mineração implica.** As comunidades afetadas por essa destruição enxergam um paradoxo muito prejudicial no fato de **as energias renováveis e as tecnologias consideradas sustentáveis precisarem de toneladas de minerais.**

A atual política da União Europeia busca crescimento a qualquer preço para ser competitiva e “salvar a economia”. Muitos de seus depósitos permanecem inexplorados por razões tecnológicas ou porque, em teoria, o uso e o acesso à terra estariam muito mais regulamentados e protegidos do que em outras regiões. No entanto, **prevalece a ideia perversa de salvar o clima fazendo cada vez mais extrações e negócios, o que representa altos riscos para florestas e comunidades florestais do Sul global.** A corrupção e a falta de transparência com relação a planos e projetos de mineração são comuns.

As mineradoras europeias que operam no Sul global falam de “mineração responsável”, que é basicamente a mesma mineração destrutiva, mas adornada com explicações sobre como elas estão fazendo um favor às comunidades locais. Os argumentos mais comuns falam do uso de tecnologias de ponta que impediriam a destruição e a poluição, quando a verdade é que essa tecnologia é possibilitada por uma destruição maior, de áreas maiores, mais

remotas e frequentemente com florestas.

Além disso, **todos os anos, através do Banco Europeu de Investimento da EU, milhões de euros públicos fluem para projetos de mineração sob o manto do “desenvolvimento”**. Na prática, essa “ajuda ao desenvolvimento” facilita a extração de minerais e/ou a negociação entre países e empresas de mineração da UE. Para permitir o acesso das transnacionais, aplica-se uma **“diplomacia de matérias-primas”, que inclui acordos de livre comércio e o uso de instrumentos da Organização Mundial do Comércio (OMC)** para a “solução” de conflitos em tribunais privados. Com essas estratégias, **empresas e governos da UE podem justificar práticas altamente violentas e destrutivas**, como as que acontecem com a extração de cobalto na República Democrática do Congo.

Enquanto a demanda de matérias-primas aumenta cada vez mais em todo o mundo, são produzidas várias toneladas de resíduos por pessoa, por empresa e por ano na União Europeia. A primeira coisa a rever e questionar é o modelo econômico e de vida que leva a uma destruição incalculável. Não podemos apostar em **uma economia que, como está proposta, terá que continuar realizando uma extração selvagem de matérias-primas** com todas as violações dos direitos fundamentais e destruição de modos de vida e florestas, principalmente no Sul global.

*Guadalupe Rodríguez, [guadalupe@salvalaselva.org](mailto:guadalupe@salvalaselva.org)*

*Responsável de campanhas na Espanha e na América Latina em *Salva la Selva* e coordenadora para América Latina e Sul da Europa da Rede Global *Sim à Vida Não à Mineração* (Yes to Life No to Mining, YLNM)*

## RECOMENDADOS

### **Cuidanderas: Guardiãs da Amazônia**

CUIDANDERAS é uma minissérie do Fundo de Ação Urgente para a América Latina e o Caribe (FAU-AL), e apresenta histórias de defensoras latino-americanas comprometidas com cuidar de seus territórios, curar seus corpos e enfrentar modelos extrativistas e racistas. Um vídeo mostra como as mulheres waorani – da província de Orellana, no Equador – vêm lutando para proteger seu território na Amazônia e preservar sua cultura indígena. Há mais de 60 anos, elas resistem às ameaças de uma indústria de petróleo que põe em risco seu modo de vida. As líderes que pertencem à Associação de Mulheres Waorani da Amazônia Equatoriana (AMWAE) falam sobre o que motiva sua resistência, demonstrando um poder incrível e uma alegria inesgotável. Assista o vídeo em espanhol, com legendas em inglês, aqui: <https://youtu.be/3xTEU86tuKE>

### **“Sexy killers”: extração de carvão na Indonésia**

Dirigido por Dandhy Dwi Laksono e Ucok Suparta, “*Sexy Killers*” é um documentário indonésio de 2019 que retrata a indústria da mineração de carvão e suas relações com o establishment político da Indonésia. O documentário também mostra como mineradoras, apoiadas por governos locais e nacionais, geralmente tomam as terras das pessoas e destroem as florestas em busca de mais carvão. Assista o filme, com legendas em inglês, aqui: <https://www.youtube.com/watch?v=qIB7vg4I-To&t=592s>

## **Engasgados pelo carvão: a catástrofe do carbono em Bangladesh**

Publicada pela Market Forces e 350.org e copublicado por Bangladesh Poribesh Andolan (BAPA), Transparency International Bangladesh (TIB) e Waterkeepers Bangladesh, um novo documento denuncia as finanças lideradas por estrangeiros como força motriz dos planos de 29 centrais elétricas a carvão, uma expansão que fez com que Bangladesh saltasse, em apenas três anos, do 12º para o 6º lugar em termos de energia global de carvão em desenvolvimento. Leia a publicação, em inglês, aqui: <https://www.marketforces.org.au/?p=37546>

## **A serpente negra da Amazônia peruana: o oleoduto do norte do Peru**

Desde 1979, ocorreram mais de 100 vazamentos de petróleo ao longo do oleoduto no norte do Peru – uma megaobra que se estende por longuíssimos 1.106 km da Amazônia até a costa peruana e cuja operação e propriedade são da estatal Petroperu. A grande maioria dos vazamentos ocorreu depois de 2008 em Loreto, onde vivem 27 povos indígenas diferentes, incluindo grupos em isolamento voluntário. As recentes mudanças na Lei Orgânica de Hidrocarbonetos expõem uma tendência preocupante: a intenção de enfraquecer as instituições ambientais e os direitos dos povos indígenas para promover investimentos e uma expansão da indústria de petróleo no país. Leia a publicação do Instituto Chaikuni, em inglês e espanhol.

IN: <https://chaikuni.org/wp-content/uploads/2018/12/Black-Snake-Report-English-Amaru-Fund.pdf>

ES: <https://chaikuni.org/wp-content/uploads/2018/10/La-Serpiente-Negra-De-La-Amazon%C3%ADa-Peruana-Instituto-Chaikuni-1.pdf>

## **Quatro anos após: condenação internacional do Brasil por rompimento de barragem de rejeitos**

Quatro anos após o rompimento da barragem de rejeitos da Samarco, em Mariana, entidades e movimentos ingressaram com uma ação perante a Comissão e Corte Interamericana de Direitos Humanos. O objetivo é a condenação do Estado Brasileiro pelas violações de direitos humanos cometidas ao longo da Bacia do Rio Doce - pelas violações ao direito à vida, às garantias processuais e à proteção judicial, à liberdade de associação, ao direito à propriedade privada e coletiva, à igualdade perante a lei e ao direito a uma vida digna. Leia mais sob a iniciativa inédita em a website do Justiça Global :

<http://www.global.org.br/blog/mariana-4-anos-entidades-pedem-condenacao-internacional-do-brasil-por-rompimento-de-barragem/>

## **Transição justa (da justiça) é uma transição pós-extrativista**

Esta publicação recente da War on Want e da London Mining Network destaca a necessidade imediata de uma saída rápida e completa dos combustíveis fósseis. Mas essa transição, argumentam, não terá êxito nem trará justiça ou bem-estar ecológico se for baseada em crescimento econômico sem fim entre os mais ricos do mundo e desigualdade persistente em todo o mundo. O dano causado pela escala de extração de materiais projetada para atender à demanda de crescimento seria prejudicial aos objetivos da transição. Leia a publicação, em inglês: <https://londonminingnetwork.org/wp-content/uploads/2019/09/Post-Extractivist-Transition-report-2MB.pdf>

Todos os artigos do Boletim podem ser reproduzidos e divulgados com a seguinte fonte: **Boletim 246 do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM): “Uma transição energética “verde” intensiva em minerais: desmatamento e injustiça no Sul global?** (<https://wrm.org.uy/pt/> )

**Assine o Boletim do WRM:** <http://eepurl.com/7RJYL>

**O boletim busca apoiar e contribuir com as lutas dos povos para defender seus territórios e florestas. A assinatura é gratuita.**

Você perdeu a última edição do boletim do WRM: "**Comunidades enfrentam desmatamento, soluções falsas e interesses corporativos**"? Acesse esta e todas as edições anteriores neste link: <https://wrm.org.uy/pt/boletins/>

**Boletim do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM)**

Este boletim também está disponível em Inglês, Espanhol e Francês

Editor-chefe: Winfridus Overbeek

Redatora responsável e coordenadora: Joanna Cabello

Apoio editorial: Elizabeth Díaz, Lucía Guadagno, Jutta Kill, e Teresa Pérez

**Secretaria Internacional do WRM**

Avenida General María Paz 1615 oficina 3.

CP 11400, Montevideo, Uruguai

Tel/fax: +598 26056943

[wrm@wrm.org.uy](mailto:wrm@wrm.org.uy) - <http://wrm.org.uy/pt>